



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 157, TERÇA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2021

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

- 1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)
- 2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)
- 3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)
- 4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 122ª SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 27 DE SETEMBRO DE 2021

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referente às eleições para governador, vice-governador, senador, deputado federal e estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas Eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral, nos termos do Requerimento nº 1984/2021, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores.	8
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Esperidião Amin)	8
1.2.2 – Oradores	
Sr. Sandro Nunes Vieira, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	10
Sr. Fernando Carioni, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC)	13
Sr. Leonardo Pache de Faria Cupello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (COPTREL)	17
Sr. Luís Flávio Zampronha, Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal	19
Sr. Rodrigo López Zilio, Representando a Procuradoria-Geral da República (PGR), Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e membro auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE)	21
Sr. Sandro Nunes Vieira, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	24
Sr. Fernando Carioni, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC)	26
Sra. Sandra Maria Petri Damiani, Assessora de Gestão Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	28
Sr. Rodrigo López Zilio, Representando a Procuradoria-Geral da República (PGR), Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e membro auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE)	30
Sr. Leonardo Pache de Faria Cupello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR) e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (COPTREL)	30
Sr. Sandro Nunes Vieira, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	31



1.3 – ENCERRAMENTO	31
2 – ATA DA 123ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 27 DE SETEMBRO DE 2021	
2.1 – ABERTURA	33
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a realizar o lançamento da obra inédita no Brasil "Vozes do Brasil: Linguagem Política da Independência (1820-1824)", nos termos do Requerimento nº 1346/2021, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores.	33
2.2.1 – Fala da Presidência (Senador Randolfe Rodrigues)	33
2.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	35
2.2.3 – Oradores	
Sr. Francis Bogossian, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep)	35
Sr. Ildeu de Castro Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	36
Sr. Reginaldo Borges, Historiador e jornalista	37
Sra. Nathalia Henrich, Diretora da Biblioteca Oliveira Lima (conhecida como Biblioteca Ibero-Americana), localizada na Universidade Católica da América, em Washington DC	38
Sr. Eduardo Bueno, Jornalista, escritor, tradutor e membro da Comissão Curadora do Bicentenário da Independência e organizadora do livro	39
Sra. Heloísa Maria Murgel Starling, Historiadora e membro da Comissão Curadora do Bicentenário da Independência e organizadora do livro	42
Sr. Reginaldo Borges, Historiador e jornalista	46
2.2.4 – Execução do Hino da Independência	47
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Sr. Eduardo Bueno, Jornalista, escritor, tradutor e membro da Comissão Curadora do Bicentenário da Independência e organizadora do livro	47
2.3 – ENCERRAMENTO	48

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicações

Da Liderança do PODEMOS, de desligamento do Senador Reguffe da Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 54/2021).	50
Da Liderança do PODEMOS, de indicação de membro para integrar a Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 55/2021)	51



Da Liderança do PSD, de indicação de membros para integrar a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (**Ofício nº 87/2021**). 52

3.1.2 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento dos Projetos de Lei nºs 1304 e 1417/2019 às Comissões de Meio Ambiente; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa, em razão da aprovação, pela Comissão Diretora, do Requerimento nº 170/2019, de tramitação conjunta. 54

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 13/2015 e do Projeto de Lei nº 1641/2019 à Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa, em razão da aprovação, pela Comissão Diretora, do Requerimento nº 276/2019, de tramitação conjunta. 54

Encaminhamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 361 e 455/2018 às Comissões de Meio Ambiente; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa, em razão da aprovação, pela Comissão Diretora, do Requerimento nº 353/2019, de tramitação conjunta. 54

3.1.3 – Mensagem do Presidente da República

Nº 468/2021, na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei Complementar nº 103/2021, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 183/2021. 56

3.1.4 – Projetos de Lei

Nº 3312/2021, do Senador Jaques Wagner, que altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir os consórcios públicos entre os possíveis beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento. 65

Nº 3327/2021, da Senadora Maria do Carmo Alves, que altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir, entre as diretrizes de elaboração e execução dos planos de segurança pública e defesa social, o planejamento e o estabelecimento de medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e a avaliação do impacto dessas medidas. 69

Nº 3328/2021, do Senador Oriovisto Guimarães, que altera o Código Penal para prever como causa impeditiva de prescrição a interposição de recurso especial ou extraordinário. 73

3.1.5 – Requerimento

Nº 2073/2021, do Senador Plínio Valério, de voto de aplauso e congratulações ao Instituto Nacional Afro-Origem do Amazonas. 77

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 80

5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 83

6 – LIDERANÇAS 84

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 87

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 93

9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 99



10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 149



Ata da 122ª Sessão, de Debates Temáticos,
em 27 de setembro de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Esperidião Amin.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 1 minuto e encerra-se às 12 horas e 13 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Declaro aberta a sessão.

A presente sessão remota de debates temáticos foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais do Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, e em atendimento ao Requerimento nº 1.984, de 2021, do Senador Esperidião Amin e outros Senadores, perfazendo o total de 66 Senadores representados, aprovado pelo Plenário do Senado.

A Presidência informa, ainda, que as apresentações e os arquivos exibidos durante esta sessão remota de debates temáticos ficarão disponibilizados na página do Senado Federal referente à tramitação do requerimento que originou esta sessão.

A sessão é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de debater a competência legal dos Tribunais Regionais Eleitorais para apurar os resultados referentes às eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, e a proposta de alteração da sistemática de totalização adotada nas eleições, promovendo a centralização do processo no Tribunal Superior Eleitoral. São os seguintes os nossos convidados, cuja presença eu já registro:

- Sr. Sandro Nunes Vieira, Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral;
- Sr. José Melo Cruz, Coordenador da Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral;
- Sra. Sandra Maria Petri Damiani, Assessora de Gestão Eleitoral do TSE;
- Sr. Fernando Carioni, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina;
- Sr. Leonardo Pache de Faria Cupello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel);
- Sr. Luís Flávio Zampronha, Diretor de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal; e
- Sr. Rodrigo Lopez Zilio, representando a Procuradoria-Geral da República, Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e membro auxiliar da Procuradoria-Geral Eleitoral.

Nós temos que concluir esta sessão em até duas horas, razão pela qual teremos que disciplinar o tempo. Aos representantes do TSE, que são três, nós estamos destinando cerca de cinco minutos para cada um, ou seja, quinze no total. Os demais convidados, que representam cada qual uma instituição, terão dez minutos. Essa limitação é flexível, evidentemente, pelo que nosso interesse é esclarecer.

Os Senadores que eventualmente participem e estejam inscritos disporão de cinco minutos para as suas perguntas e os convidados, três minutos, visando a resposta. Os Senadores terão ainda dois minutos para a réplica.

As inscrições dos Senadores presentes remotamente serão feitas através do sistema remoto.

As mãos serão abaixadas no sistema remoto e, neste momento, estão abertas as inscrições.

Quero saudar mais uma vez todos os presentes, agradecer aqui à equipe do Prodasen que dá suporte aqui no *bunker*, como nós chamamos, para a realização das nossas sessões de debates temáticos.

A discussão sobre a fidedignidade da apuração dos resultados eleitorais no Brasil tem recebido destaque nos últimos anos tanto no meio político quanto no meio social em geral. A urna eletrônica, utilizada pela primeira vez nas eleições de 1996, seguindo, diga-se de passagem, conceito experimentado antes, no Município de Brusque, Santa Catarina, significa um marco em termos de agilidade e segurança, um divisor de águas entre a antiga era do voto impresso e da apuração cantada e o atual sistema, que possibilita conhecermos os vencedores dos peitos quase sempre no mesmo dia de votação, tudo isso em um País de dimensões continentais como o nosso.

Ainda assim, o modelo atual vem sendo alvo de contestações, dúvidas e indagações, tanto por parte



de parcela na sociedade quanto por parte ou parcela da comunidade política. Nada melhor para dirimir esse tipo de controvérsia que o debate amplo, aberto, transparente, como requer a democracia.

O nosso sistema é, em verdade, um dos mais modernos e respeitados do mundo, mas não é imune ao questionamento embasado, científico, fundado. Fundado em quê? Em dados, e destinado ao seu aperfeiçoamento, aperfeiçoamento que sempre é possível e é necessário, não visando a retrocesso, ou abolição, ou extinção deste modelo. Um dos debates possíveis e pertinentes neste momento é o que se instaura na presente sessão temática.

Quando das eleições municipais de 2020, o TSE optou pela apuração centralizada de votos, alegando recomendação da Polícia Federal sob o argumento de que a nova rotina envolveria uma estrutura mais confiável, gerenciada por um supercomputador alocado na sede do TSE.

Se houver alguma impropriedade na redação desta apresentação, estejam a gosto, nós queremos clareza.

Há, entretanto, pontos controversos. As eleições de 2018, com apuração descentralizada nos tribunais regionais, transcorreram sem qualquer incidente. O pleito de 2020, centralizado no TSE, sofreu com atrasos não usuais, tampouco justificáveis, suscitando várias manifestações de crítica e questionamento.

Cito o Requerimento nº 2.697, assinado pelo Senador Alessandro Vieira e pelo Senador Esperidião Amin, com apoio de vários outros Senadores, no dia 18 de novembro de 2020:

Requeremos, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de solidariedade ao povo brasileiro, dando-se ciência ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Luís Roberto Barroso, da nossa preocupação com os resultados do novo método de contagem de votos centralizado no Tribunal Superior Eleitoral.

Requeremos, ainda, que seja enviada cópia da justificação do presente voto.

Segue-se a justificação, e eu friso, dentre os quatro pontos, o seguinte:

[...]

Contudo, em função de decisão administrativa daquela Corte Superior, os Tribunais Regionais Eleitorais passaram a não mais desempenhar a função anterior de totalização, ocupando-se tão-somente em enviar os dados ao TSE.

Como consequência da alteração, aliada a problemas em núcleos de processadores de um supercomputador, assistiu-se a uma lentidão incomum na história recente da democracia brasileira.

Por essas razões, conclamamos ao eminente Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a retomar o antigo procedimento de apuração, com participação efetiva dos TREs, no segundo turno das eleições municipais e nos pleitos subsequentes.

[...]

Repito: este requerimento é datado de 18 de novembro, portanto, imediatamente após a realização do primeiro turno.

Outro ponto que alimenta o debate é o suporte legislativo do tema.

Há um projeto de novo código eleitoral tramitando no Congresso cujo desfecho não pode ser considerado previsível com absoluta segurança, e há um código em vigor, baseado em lei ordinária, recepcionado como lei complementar pela Constituição de 1988, que firma a competência dos tribunais regionais eleitorais para apurar integralmente as eleições de Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual e parcialmente as eleições para Presidente e Vice-Presidente da



República.

O Código Eleitoral vigente data de julho de 1965 e sua recepção pela Carta Magna só se deu por inércia, porque o Legislativo ainda não regulamentou o art. 121 da Constituição, que estabelece que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

Como se vê, há muito que discutir a respeito da legislação eleitoral e dos detalhes técnicos da apuração das eleições no Brasil. Quanto mais ouvirmos os profissionais e as autoridades envolvidas na árdua tarefa de bem administrar as eleições no Brasil, mais produtivo será o debate que ora se inicia e mais consistentes e fundamentadas serão as eventuais propostas de mudança.

Antes de dar por concluída essa minha intervenção, eu não posso deixar de fazer aqui um registro de pesar. Na noite de ontem, Santa Catarina foi surpreendida com a informação da morte do ex-Senador Jaison Barreto. Foi Deputado Federal na 44ª e na 45ª Legislatura e Senador na 46ª e 47ª.

O Senador Jaison Tupy Barreto é um dos grandes personagens da política nos últimos 50 anos em Santa Catarina. Eu vivi uma situação muito peculiar: eu o enfrentei como adversário na eleição de 1982. Foi uma eleição muito ácida, foi a primeira eleição direta para Governador do Estado, ainda vivendo os estertores do chamado período autoritário. E nos tornamos amigos anos depois. Convivi com ele bons momentos e não posso deixar de registrar, primeiro, a minha homenagem e de toda Santa Catarina à sua inteligência, combatividade, honestidade de propósitos; e salientar essa sua inteligência, a extrema capacidade de comunicação, a sua gentileza pessoal, seu cavalheirismo e, ao mesmo tempo, a sua contundência. Foi um cirurgião oftálmico de primeira categoria – uma cunhada minha foi beneficiada pelo seu talento de médico.

Eu não posso deixar de me despedir, nesse momento, em nome de todo povo catarinense, homenageando-o. E, para que não fique só na tristeza, quero registrar um momento muito peculiar do folclore que cerca este personagem extraordinário: consta, na sua Balneário Camboriú, onde viveu seus últimos anos de vida, que, como Senador, ele participou como testemunha de um casamento. O padre quis homenageá-lo e lhe deu a palavra no casamento. E um circunstante, certamente seu eleitor devoto, quando viu que ele assomava à tribuna, ao microfone, ao púlpito, no caso, disse: "Toca-lhe o pau, Jaison", ou seja, conclamou-o a fazer mais um discurso contundente, daqueles que marcaram a sua vida. Com saudade dessa convivência, que foi paralisada durante a pandemia, eu sei que interpreto o povo catarinense ao representar todos os seus familiares, amigos mais chegados, enfim, toda a nossa sociedade no sentimento de pesar.

Vou conceder agora a palavra aos representantes do TSE. Não sei como organizaram, mas, em princípio, temos um total de 15 minutos que seriam divididos pelos três, com cinco minutos para cada um e, se for necessário prorrogar, a prioridade é para o esclarecimento, eu repito.

Concedo a palavra então ao Sr. Sandro Nunes Vieira, Juiz auxiliar da Presidência do TSE, por, inicialmente, cinco minutos, prorrogáveis, evidentemente.

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin. Bom dia, Desembargador Fernando Carioni, Presidente do TRE de Santa Catarina. Vejo aqui também outros Senadores presentes nesta sessão – quero saudar todos e todas – e meus colegas de TSE, servidores da Casa, José de Melo Cruz e Sandra Maria Petri Damiani. Também vejo aqui a presença do meu amigo Rodrigo López Zilio. Quando convocado para a Procuradoria-Geral Eleitoral, com o Procurador-Geral Humberto Jacques, tivemos uma boa convivência no Tribunal Superior Eleitoral.

Também sou catarinense, Senador Esperidião Amin, então, me sinto em casa nesta sessão. Sou da cidade de Fraiburgo, meio-oeste catarinense. Santa Catarina está em peso aqui, Desembargador Fernando. É uma grande honra participar desta sessão.

Eu gostaria, Presidente, Senador Esperidião Amin, de solicitar todo o tempo do TSE, 15 minutos,



para a minha apresentação. Posteriormente, os colegas José de Melo Cruz, que é Coordenador de Sistemas Eleitorais, e a Sandra, que é da Assessoria de Gestão Eleitoral, poderão contribuir nos debates e nas manifestações iniciais, dando esclarecimentos de ordem mais técnica.

Eu faço uma apresentação genérica, englobando todos os pontos que entendemos relevantes para colaborar com o debate. E começo aqui a minha apresentação dizendo que o TSE, na Presidência do Ministro Luís Roberto Barroso, atual Presidente, tem procurado manter um diálogo muito constante com todas as instituições. Durante a discussão do voto impresso, da mudança do sistema de votação, o Ministro atendeu o convite da Câmara dos Deputados, esteve no Plenário da Câmara, recebeu muitos Parlamentares do TSE e manteve um profícuo debate com todos os segmentos da sociedade interessados nessas mudanças do processo democrático, em como funciona o processo das eleições no Brasil.

Esse tema que é trazido à tona neste dia e que trata do problema da centralização da totalização foi objeto de um imenso debate logo após o primeiro turno das eleições de 2020, decorrente do problema que tivemos, de ordem técnica, que afetou o resultado das eleições, a totalização por cerca de três horas, lembrando que, às 11h55 do dia das eleições do primeiro turno, ainda tivemos a divulgação de todas as capitais e estávamos com mais de 99% de todos os votos totalizados. Então, foi um problema, sim, o TSE não ignora que isso aconteceu, mas foi um problema resolvido com imensa rapidez. Às vezes, nós vamos nos acostumando – e é bom que se acostume com a eficiência –, mas, infelizmente, nos nossos tempos de alta dependência tecnológica, muitas vezes nós temos esses percalços.

O que eu vejo aqui é que o primeiro esclarecimento que nós precisamos fazer é diferenciar totalização de apuração. A apuração, dentro do atual sistema, é realizada pela própria urna eletrônica. A ingerência jurisdicional sobre o processo de apuração é realizada em três níveis, que são o juiz eleitoral, a junta eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral. O TSE, nesse procedimento das eleições de 2020, é simplesmente o totalizador. A apuração não está centralizada no TSE. Então, quando se fala desse debate a fim de traçarmos qual é o papel de cada instituição dentro desse procedimento de contagem de votos, nós precisamos deixar muito claro isto: o TSE não possui ingerência nas atividades do juiz eleitoral, da junta eleitoral e do TRE, ou seja, enquanto nessas três esferas nós temos atividades administrativas e jurisdicionais, mas com preponderância de atividades jurisdicionais de condução do processo eleitoral, o TSE executa atividade puramente administrativa, que é a totalização. E totalização não é apuração, totalização é simplesmente fazer uma consolidação dos dados já apurados nas instâncias competentes, que seriam juiz eleitoral, junta eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral.

No desempenho da totalização, que corresponde, então, a pegar todos os boletins de urna e consolidá-los para ter um relatório final, o TSE optou, após ampla análise administrativa, após a eleição de 2018, em centralizar a totalização. A apuração, em nenhum momento, foi centralizada, porque a apuração dependeria de alterações legislativas, tais como essas que estão agora em discussão perante o Senado Federal, decorrentes da alteração do Código Eleitoral.

Nós também precisamos destacar aqui, Presidente, que existe uma confusão entre a competência para apuração e o local onde os dados estão sendo armazenados. Como eu disse, o TSE não atua no processo de apuração. Todavia, o processo de armazenamento dos dados foi centralizado e, na atual quadra de desenvolvimento tecnológico, nós não temos a necessidade de termos, por exemplo, um banco de dados em cada zona eleitoral. Isso seria um desperdício de recursos públicos, sem contar todas as questões relativas à cibersegurança que dominam o debate hoje, quando se fala de banco de dados.

Quando o TSE faz uma opção administrativa pela totalização, a ideia, em nenhum momento, foi tirar o protagonismo dos TREs, ou dos juízes eleitorais e das juntas eleitorais. Pelo contrário, a ideia do TSE foi primar pela segurança dos dados e utilizar o que havia de mais recente na tecnologia.

Por exemplo, falarmos hoje de um retorno da totalização aos TREs, porque o dado precisa estar



onde ele é apurado, seria o equivalente a dizer que cada cidadão que declara o seu Imposto de Renda deveria ter o banco de dados da Receita Federal na sua cidade. Onde o dado está armazenado – depois os nossos técnicos podem dar mais detalhes – é irrelevante no atual contexto tecnológico. Se o dado está em Brasília, em Florianópolis, em Porto Alegre ou em Manaus, com os meios de comunicação que nós temos isso é irrelevante.

Pelo parecer que a Polícia Federal nos deu logo após a eleição de 2018, manter 27 servidores, um em cada Tribunal Regional Eleitoral, para fins de totalização – eu vou sempre frisar a diferença entre totalização e apuração – seria, primeiro, um fator que agravaria os custos do processo. Nós temos hoje utilização de sistemas da empresa Oracle. O contrato, inclusive, foi divulgado por ocasião do primeiro turno das eleições de 2020. É um contrato de R\$26,2 milhões para um período de 48 meses. Nós teríamos um acréscimo considerável do valor para manter uma estrutura semelhante em todos os Tribunais Regionais Eleitorais. E teríamos uma ampliação do número de locais para ataques por *hackers*. Hoje isso é uma realidade muito presente no Brasil: tivemos ataque ao Superior Tribunal de Justiça, com criptografias de todos os dados; tivemos ataque aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral; tivemos ataques aos sistemas do Supremo Tribunal Federal; e, do ponto de vista internacional, tivemos inclusive ataques ao sistema de distribuição e controle de oleodutos nos Estados Unidos, também chamado de Pipeline. Então, isso é uma realidade. E o TSE, num momento crucial de defesa cibernética, ampliar o número de possibilidade de ataques seria com certeza algo que não passaria por uma análise de risco realizada na administração pública, comprometida com a eficiência e com a gestão dos dados. Lembro que o atraso na totalização não decorreu de qualquer ataque, mas, sim, de uma falha do supercomputador da Oracle que realizava os procedimentos de totalização.

Então, nós temos um cenário em que o TSE evoluiu na utilização de tecnologias; teve um percalço nas eleições de 2020, mas um percalço que foi superado. Por ocasião do segundo turno das eleições de 2020, o problema então relatado nesse ofício do Senador Alessandro Vieira já não foi detectado, ou seja, o TSE demonstrou que o percalço que ocorreu no primeiro turno das eleições foi resolvido, e sobre esse tema não se fala no sentido de repetição dessa falha. Foi uma falha técnica. Não era desejada, ocorreu, mas foi devidamente sanada.

Vincular o banco de dados aos Tribunais Regionais Eleitorais ou mesmo às zonas eleitorais não resolveria e não afetaria a questão da apuração. Volto a repisar: onde o dado está armazenado não altera a competência dos órgãos jurisdicionais ou dos órgãos administrativos eleitorais; pelo contrário, expõe o administrador a ter de tomar decisões que podem ser diferentes em cada Tribunal Regional Eleitoral.

Quando nós tínhamos o sistema descentralizado, nós tínhamos custos adicionais e tínhamos situações do dia a dia, da gestão de informática, que era exercida pelos secretários de TI dos TREs. Hoje tudo isso está centralizado no TSE, não é porque o TSE tem mais competência do que os regionais; pelo contrário, nós reconhecemos que os tribunais regionais e os juízes eleitorais são as autoridades que mais desempenham papéis dentro do processo eleitoral. Por isso, dentro dessa distribuição de atividades, o TSE entendeu relevante cooperar para que um peso administrativo fosse retirado dos TREs no sentido de cooperar para que o processo de totalização dos votos fosse mais eficiente.

A centralização dos bancos de dados é uma prática comum atualmente, não é uma questão isolada do TSE, ou seja, o TSE não agiu de forma desmotivada e contrariando as tendências tecnológicas; pelo contrário, o TSE seguiu as melhores práticas de gestão de banco de dados ao adotar a centralização da totalização. Hoje, inclusive, caso fosse aberta oportunidade para os TRES, os TREs poderiam optar por bancos de dados em nuvem, que é uma possibilidade que o mercado oferece hoje do ponto de vista tecnológico. O próprio TSE no futuro, havendo segurança, poderia utilizar uma nuvem pública ou uma nuvem privada de dados. Tudo isso, ressalto, desde que haja análise técnica da segurança da utilização



desses sistemas de centralização de banco de dados.

Hoje os bancos de dados dos bancos estão centralizados, muitos bancos utilizam serviço de nuvem. Todavia, as questões do seu correntista são dirimidas nas agências onde ele possui a sua conta ou na agência onde ele possui a sua conta. A mesma lógica se aplica ao eleitor ou ao partido político que, interessado em corrigir alguma irregularidade ou apontar algum vício que entende ter ocorrido no processo eleitoral, vai se dirigir ao juiz eleitoral ou vai impugnar perante a junta eleitoral ou dirigir o seu recurso ao Tribunal Regional Eleitoral. Todos esses procedimentos independem de onde os dados estarão armazenados.

Senador, eu já encaminho para o final da minha fala. Quero apenas ressaltar que, dentro do processo eleitoral brasileiro, existe uma distribuição de atividades tanto administrativa quanto jurisdicional. A atividade que o TSE passou a exercer de totalização centralizada dos dados é uma atividade puramente administrativa que não afetou as competências dos juízes eleitorais, das juntas eleitorais e dos tribunais regionais eleitorais. Todavia, ressaltamos que é interesse do TSE sempre ouvir a sociedade e ter em conta as melhores opções, as melhores tecnologias. E todo debate em torno desse tema é sempre bem-vindo para que possamos aprimorar o processo eleitoral brasileiro, que já é um dos melhores do mundo com certeza. Devemos deixar de lado todo o complexo de inferioridade e reconhecer que evoluímos muito a partir da década de 90 e hoje temos um dos sistemas mais confiáveis, rápidos e hoje, com a totalização também, primando pela redução dos custos e pela entrega rápida desses resultados que afetam a vida de todos os brasileiros.

Eu agradeço essa oportunidade concedida ao TSE. Trago aqui o cumprimento também do meu Presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, que não pode participar desta sessão e pediu que eu o representasse aqui. Sinto-me em casa. Ratifico aqui a apresentação inicial de estar com pessoas ilustres do meu Estado natal. Deixo aqui o meu grande abraço a todos. E nos colocamos à disposição, temos aqui os técnicos que poderão depois, no aprofundar do debate, também trazer as suas contribuições para que a matéria não fique apenas no discurso de alguém que fala do ponto de vista jurídico, mas evoluindo para um debate exatamente do ponto da segurança, dos detalhes do processo eleitoral da parte técnico-jurídica. Temos aqui pessoas capacitadas a responder a todas as dúvidas dos presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de passar a palavra ao Dr. Fernando Carioni, Presidente do TRE de Santa Catarina, quero dizer que fica claro que o nosso expositor falou em nome do TSE e, se algum dos presentes desejar acrescentar alguma informação, eu facultarei a palavra ou seguirei a sugestão do Dr. Sandro de lhes conceder a palavra diante de alguma indagação.

Pode ser assim?

Consulto, portanto, se os demais representantes do TSE concordam ou desejam fazer alguma colocação adicional? (*Pausa.*)

O.k.

Então, muito obrigado pela sua exposição.

Não posso deixar de fazer um registro de muita alegria por ver um filho da nossa querida Fraiburgo representar o TSE nesta exposição e espero que os esclarecimentos possam nos conduzir a um juízo adequado e completo a respeito do assunto.

Concedo a palavra, então, ao Sr. Fernando Carioni, dizendo que o prazo de 10 minutos, que lhe é concedido, pode ser prolongado se for necessário.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO CARIONI (Para exposição de convidado.) – Pois não, Sr. Presidente.

Saudando, inicialmente, V. Exa., saúdo todos os presentes, as Sras. e os Srs. Senadores e todos que



participam desta sessão.

Este é o foro adequado para tema de interesse e relevância e, desde já, agradeço a oportunidade, esperando contribuir com o debate. Serei breve, o que não diminui ou desmerece a temática envolvida, especialmente no tocante à totalização das eleições.

Eleições de 2020, ofício e resposta. Ao término dos trabalhos do primeiro turno das eleições de 2020, ainda na Corregedoria Regional Eleitoral de Santa Catarina, dirigi-me à Corte Superior, Ofício nº 100, de 16/11/2020, reportando, sinteticamente, que a centralização no Tribunal Superior Eleitoral da totalização de votos deu azo a afunilamento processual, deixando as regionais à mercê dos tempos operacionais do TSE, repassando a impressão, de um lado, a centralização, de outro, tribunais regionais com larga tradição de processos escorreitos, desde a votação até a celebração da entrega dos resultados, tolhidos do mister de realizar o que historicamente fazem com maestria, feitos que, registro, contribuíram na construção do reconhecimento público das competências da justiça eleitoral, é o caso de Santa Catarina, do seu povo e do seu tribunal.

Nesse expediente, fora originada a resposta de S. Exa. o Presidente do TSE, Ofício GABSPR 221, de 28/01/2021, do qual destaco dois aspectos. Um – aspas – “A centralização da totalização de votos no TSE é parte de um processo histórico” – fecho aspas –, processo esse desconhecido dos tribunais regionais, registro. Dois, as razões – aspas – “Soma-se à recomendação contida em relatório produzido por peritos da Polícia Federal que aconselhou a centralização da totalização como uma forma de diminuição da superfície de ataques dos *hackers*, ou seja, a redução do leque de potenciais ataques propiciados pelo ambiente tecnológico descentralizado quando comparado ou centralizado nas instalações físicas do TSE” – fecho aspas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, informo que este relatório formulado pelos peritos da Polícia Federal jamais nos foi disponibilizado. Qual a razão do sigilo? Visão legal: é cediço que o Tribunal Superior Eleitoral é o órgão central da Justiça Eleitoral. Mesmo ciente da alta qualificação deste público, na linha do documento remetido ao Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e sem proselitismo, tomo a liberdade de recordar norma do Código Eleitoral, lei vigente, à qual foi conferido o *status* de complementar: compete privativamente aos tribunais regionais eleitorais apurar, com os resultados parciais enviados pelas juntas eleitorais, os resultados finais das eleições de Governador e Vice-Governador, de membros do Congresso Nacional, art. 30, inciso VII, e fazer a apuração parcial das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, art. 197, inciso V.

Para a melhor leitura dos dispositivos transcritos, deve-se partir da premissa de que a apuração precisa ser entendida como totalização, na medida em que o Código Eleitoral é anterior ao sistema eletrônico de votação e totalização. Nesse contexto é inquestionável a competência legal privativa dos tribunais regionais eleitorais para fazer: a) a totalização dos resultados finais das eleições de Governador e Vice-Governador e de membros do Congresso Nacional; e b) apuração parcial, ou seja, totalização no Estado das eleições para Presidente e Vice-Presidente da República.

Em tempo, o mesmo raciocínio pode ser desenvolvido com relação à competência dos juízes eleitorais, uma vez que as juntas eleitorais são presididas por magistrados de primeiro grau, art. 36 do Código Eleitoral, têm a competência de apurar as eleições sob sua jurisdição, art. 40, inciso I, combinado com o art. 158, inciso I, ambos do Código Eleitoral.

Acerca da competência normativa do Tribunal Superior Eleitoral, lembrando que as resoluções administrativas ou instruções normativas, por sua natureza jurídica, são atos normativos secundários, vale a lição do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, que é o comentário contido no parágrafo único do art. 1º e no inciso IX do art. 23 do Código Eleitoral, o chamado Poder Regulamentar Eleitoral, Consulta 715/DF, em Tribunal Superior Eleitoral, publicado em RJTSE, Volume 13, Tomo 2, página 389, pontuou



que tal competência normativa é de hierarquia infralegal e alertou que – aspas – “O juízo de conveniência confiado ao TSE tem por objeto a expedição ou não da instrução, não o seu conteúdo” – fecho aspas –, já que destinada a execução da ordem jurídica eleitoral, estando, no entanto, subordinado à Constituição e à lei. Anotou ainda que pode – aspas – “colmatar de lacunas técnicas na medida das necessidades de operacionalização do sistema gizado pela Constituição e pela lei” – fecho aspas –, mas não as pode corrigir – abro aspas – “suprir lacunas aparentes da Constituição ou da lei, o silêncio eloquente de uma ou de outra” – fecho aspas –, substituindo a opção do legislador. Assim mesmo, respeitada a prerrogativa do Tribunal Superior Eleitoral, despedidas as instruções que julgar convenientes à fiel execução do Código Eleitoral, consoante autoriza o parágrafo único do art. 1º e o inciso IX do art. 23 da referida norma, não me parece possível, *data venia*, ao TSE, seja por meio de diretriz técnica ou mesmo resolução ou instrução normativa, normas infralegais modificarem as disposições contidas no Código Eleitoral sem afronta à Constituição.

O projeto do novo Código Eleitoral, PLP nº 112, de 2021, recentemente aprovado pela Câmara Federal, segue a mesma trilha, ou seja, com a mesma competência legal e privativa dos tribunais regionais – e não serei repetitivo.

Visão operacional da totalização. A estrutura judiciária eleitoral brasileira é composta de 2.640 juízos ou zonas eleitorais, 27 tribunais regionais e um tribunal superior, totalizando 2.668 unidades jurisdicionais. Sendo essa situação, sem considerar os Estados que, por questões logísticas e/ou de política de gestão eleitoral, mantêm estruturas descentralizadas de transmissão de dados e de totalização, ordinariamente a Justiça Eleitoral trabalharia com 2.668 pontos de totalização.

Na linha da economicidade e segurança, pergunto-me: há necessidade de maior descentralização que a exclusão de 2.640 zonas eleitorais do processo? É exatamente isso que o TRE promove. Primeiro as zonas eleitorais: 2.640; agora, os tribunais regionais: 27. É necessário? A matemática é singela e segue exata: manter regionais e tribunal superior representa preservar apenas 1,049% desses potenciais pontos de risco, ou sob outro prisma, a exclusão das zonas eleitorais representa a redução de 98,95% deles, ou seja, reduzem-se 99% dos pontos de ataque e acesso. Não é suficiente? É pouco?

Nas eleições de 2020, considerando que as urnas eletrônicas não possuem nenhum sistema de transmissão de dados, a mídia com os dados da sessão eleitoral é transportada para as juntas eleitorais. A transmissão dos dados ocorre a partir das zonas eleitorais ou postos de transmissão por meio de um canal seguro, canal privado – ou VPN (Virtual Private Network) ou JE Connect –, passando pela infraestrutura dos regionais rumo ao TSE, ou seja, os dados dos boletins de urna são transmitidos para o TSE, onde ocorre a validação dos arquivos, totalização e divulgação de resultados.

Antes das eleições de 2020, em linhas gerais, havia nos regionais um equipamento servidor de aplicação e um de banco de dados que recebiam os dados das sessões eleitorais e agrupavam os resultados por cargos eletivos em disputa, por exemplo, cargos de Governador, Senador, Deputado Federal ou Deputado Estadual, permitindo a totalização e divulgação a partir desses equipamentos. Os resultados para o cargo de Presidente eram transmitidos ao TSE para totalização.

Por que não centralizar a totalização no Tribunal Superior Eleitoral? Na linha de ideias até aqui apresentadas, agora com viés mais técnico, antecipando que considerações de ordem política apresentarei em seguida, de forma bastante breve pontuarei argumentos para a não centralização da totalização das eleições no TSE, seguindo a lógica do processo eleitoral, jurídica e operacionalmente.

Os resultados da votação são divulgados na própria sessão eleitoral, com a divulgação dos boletins de urna. Portanto, os dados já são públicos e podem ser acessados por qualquer cidadão, restando à Justiça Eleitoral a validação da assinatura do B.U. A centralização do armazenamento e do processamento dos dados traz risco ao processo, pois problemas de infraestrutura interna de uma única unidade jurisdicional, o TSE, podem colapsar todo o sistema, impedindo a divulgação dos resultados, por exemplo como ocorrido



no primeiro turno das eleições de 2020. Na mesma linha, o colapso da infraestrutura no Distrito Federal, redes de comunicação, apagão elétrico prolongado, ataques cibernéticos, repercutirão em todo o processo de totalização, prejudicando-o ou até comprometendo-o. Vale lembrar que grandes provedores de serviços tecnológicos, por exemplo Google e Amazon, utilizam infraestrutura de armazenamento e processamento distribuído. É a praxe do mercado, minimizando os riscos da centralização. Dessa forma, caso um *data center* apresente problema, os demais, muitas vezes alocados em outros continentes, assumem o papel do elo danificado, reduzindo os riscos e a probabilidade de descontinuidade dos serviços.

Retornando à segurança e à economicidade versada alhures, mas sob outra ótica, será que a lógica da segurança não aponta caminho diverso? Essa relação da composição do TSE, em todos os tribunais e juízes eleitorais, de um para 2.667, é acertada? Afinal, qual o valor da imagem institucional? Em outro ângulo ou no da excelência, qual é o valor da imagem institucional a partir dos olhos da sociedade? Quanto vale preservá-la e resgatá-la? O que é notório? Os tribunais regionais eleitorais detêm competência para a totalização de eleições, ou melhor, os regionais sempre realizaram com competência incontestes tais processos. Com relação a eventual fator custo/investimento, não parece ser argumento suficiente, nem correlação à realidade orçamentária da Justiça Eleitoral, nem com relação ao valor da instituição.

Na visão política, não compareço a esta Casa para elucubrações jurídicas ou acadêmicas, ciente de que todos – sim, todos! – somos conhecedores do meio e de nossas responsabilidades, atribuições e competências.

Conforme já referido, preocupa-me, sobremaneira, a centralização não só por aspectos jurídicos ou técnicos de segurança e de cibersegurança ou de tecnologia da informação; preocupa-me o reflexo em dois grandes parceiros do processo, um interno e outro externo – este ainda mais importante que aquele. Refiro-me aos eleitores e aos juízes eleitorais, aqui representando a base da Justiça Eleitoral, as zonas eleitorais, onde efetivamente as eleições acontecem.

Construo em minha mente o sentimento dos eleitores, eleitores que são duplamente protagonistas do processo, como mesários, apoiadores, servidores, promotores, juízes eleitorais e candidatos, simplesmente aliados de uma parte do processo: a totalização para a proclamação do resultado.

Nessa linha, lembro-me dos juízes zonais, oriundos das justiças estaduais, os quais também precisam ser juízes em plenitude, mormente porque, ao fim e ao cabo, presidem os processos a partir dos Municípios. Não se pode olvidar do valor cívico da proximidade dos cidadãos com o todo do processo: início, meio e fim. Preservar o protagonismo do eleitor nos pleitos eleitorais, mais que uma obrigação, é o reconhecimento do Estado, neste ato representado por nós Justiça Eleitoral, àqueles que, de direito e de fato, exercitam a cidadania. E a preservação de competências dos regionais, além de legal, também é condição e resposta à participação popular.

Também devemos lembrar que a Justiça Eleitoral cumpre seu mister de longa data com o processo eletrônico de votação e os seus complexos, eficientes e efetivos sistemas de controle e segurança, mas a Justiça Eleitoral não é apenas máquinas e sistemas, e também não é somente Brasília.

Peço vênia para ir além, rumando à conclusão. Decisões dessa relevância mereceriam a participação da Justiça Eleitoral pelo menos com os tribunais regionais. Não se qualificam decisões unilaterais – apenas chama-se atenção à repercussão alcançada no bojo de tantos outros debates deletérios à instituição. Não é possível que nos silenciemos e nos encastilemos, tendo as vozes das ruas apenas como bravatas, ignorância ou má-fé.

Independentemente da condição e da situação, enxergo como necessário crescermos na crise – sim, crise! – e que aperfeiçoemos o discurso e os processos. Como? Comunicar-nos melhor com a sociedade parece ser um bom começo: falarmos de forma clara com o cidadão.

De outra banda, o mesmo não posso dizer, muito menos concordar, acerca das centralizações adotadas



em Brasília. A Justiça Eleitoral é a justiça das parcerias. A liderança dos juízes eleitorais – e quando a eles me refiro, refiro-me também ao dedicado e competente quadro de servidores e colaboradores – e o protagonismo dos eleitores têm garantido ao longo da história processos eleitorais lisos e escorregados. A totalização também faz parte do processo, e a celebração da eleição é a festa do povo.

Concluo, Sr. Presidente, de todo o exposto, e, mais que resposta, trago dúvidas, várias delas já anteriormente expostas: por que centralizar? Qual a razão, a justificativa? Econômica? Economizou-se? A centralização garantiu a disponibilidade dos serviços? Segurança cibernética, garantiu? Há planos de risco e contingência? Redundância de estruturas? Cada TRE poderia ser uma redundância? Foram consideradas as competências legais? No sistema federativo, temos sistemas de instâncias e entrâncias judiciais: foi preservado ou houve supressão? Qual o valor histórico do sucesso?

Após essa exposição, agora em um esforço de síntese, sob ambos os prismas ventilados, a segurança cibernética da Justiça Eleitoral, inclusive na disponibilidade dos serviços de totalização, confirma-se a precariedade da solução centralizada, não por invasão *hacker* – ou a possibilidade de –, mas pela efetiva paralisação do processo em decorrência, segundo consta, da falha do sistema – sistema centralizado. É um fato. Refiro-me à interrupção da totalização do primeiro turno das eleições de 2020 por aproximadamente três horas. Por quê? Invasão? Falha sistêmica? Outro motivo? Os juízes e tribunais regionais viraram estações de trem sem parada, são só o caminho.

O tema trazido à colação talvez não tenha reflexos práticos, parece que a situação está posta, mas é mais um exemplo, quicá até menor, de como se ultrapassa o limite da rígida observância da lei, em que a obrigação é de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis, o que talvez seja incompreensível à sociedade, de quem todo poder emana e em nome de quem será exercido.

Agradeço, Presidente, e desculpe por ter me alongado um pouco, mas necessário se fez.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero agradecer ao nobre Desembargador Fernando Carioni e dizer que considero plenamente justificável que pudesse expor a sua ideia completamente, resguardando a quem pretenda responder às perguntas ou divergir das suas colocações o tempo necessário.

Concedo a palavra ao Sr. Leonardo Pache de Faria Cupello, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e Presidente do Colégio de Presidente dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel).

O SR. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos, eminente Presidente desta sessão, eminente Senador Esperidião Amin; cumprimentando o eminente representante do eminente Presidente Luís Roberto Barroso, o eminente Dr. Sandro Nunes Vieira, também nossas homenagens; cumprimentando o nosso querido Presidente do egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, nosso querido amigo, Presidente Fernando Carioni, nossas profundas homenagens; estendo os cumprimentos aos demais membros da Mesa, sem contar, evidentemente, a presença – ou porventura se estiver nos ouvindo – do eminente Presidente do Senado Federal, o Senador Rodrigo Pacheco.

Enfim, minhas senhoras e meus senhores, o tema de vital importância trazido a lume, sem dúvida, é controverso, como está se observando. Nós ouvimos atentamente as ponderações do eminente Dr. Sandro Nunes Vieira, e ouvimos agora do eminente Presidente Fernando Carioni posições que trazem a importância desse diálogo, trazem sem dúvida a importância do tempo, o que demonstra a contraposição entre os respeitáveis posicionamentos.

Veja bem, vou falar do meu modelo, da minha visão. Ainda não levamos esse tema à assembleia geral do Coptrel, do Colégio dos Presidentes, o qual eu presido, de Tribunais Regionais Eleitorais do nosso País, mas, como se sabe, é um ponto controvertido, como eu disse, e nós convivemos com a democracia; então, existem posicionamentos diversos com relação a esse tema.



Dentro da minha visão, eu vou dar alguns pontos importantes. Sob o ponto de vista legislativo, do ponto de vista jurídico e do Código Eleitoral, não há dúvida de que, ao nosso ver, o nosso eminente Presidente Fernando Carioni foi objetivo em demonstrar a sua respeitável preocupação, porque o normal seria que a totalização, além da apuração, evidentemente, como se observa, devesse ocorrer como ocorria nas eleições anteriores, ou como ocorreu nas eleições anteriores em eleições municipais: perante as juntas eleitorais, o resultado já saía imediatamente e, depois, evidentemente, era convalidado pelos tribunais regionais eleitorais, e os resultados saíam normalmente.

Logicamente, antes da época das urnas eletrônicas... Meu Deus! Eu fui juiz de zona eleitoral, apurava, fazia a totalização, encaminhava para o TRE e tudo mais nos idos da década de 90. Ou seja, nós temos as urnas eletrônicas, e, este ano, nós estamos fazendo 25 anos das urnas eletrônicas, do surgimento das urnas eletrônicas. Então, dentro desse contexto, não há dúvida de que a apuração e a totalização seguiam assim.

Entretanto, nós vivemos um momento diferente. Quem poderia imaginar que iria haver uma epidemia, uma pandemia dessa natureza? Então, *modus in rebus*, momentos difíceis estamos passando, e também na hora da execução dos trabalhos.

É verdade que nós os TREs deveríamos ter tomado conhecimento dessa totalização com uma certa... Até mesmo para nos prepararmos melhor com relação ao envio dessa autorização... Adredemente, não é? Ou seja, com antecipação.

Nós entendemos também que existem situações de caso fortuito e força maior que levaram o egrégio Tribunal Superior Eleitoral a centralizar a totalização em razão de segurança jurídica, princípio que norteia e é de fundamental importância para o resultado, para a veiculação do resultado das eleições à sociedade. Entendemos isso. Aplica-se aqui o princípio da proporcionalidade substancial, observando também o princípio da modulação das decisões do Supremo Tribunal Federal, em que, muitas das vezes, o que está determinado por lei deva ser modulado. Eu acredito que tenham sido essas considerações que levaram o Tribunal Superior Eleitoral a centralizar a totalização.

É verdade também que essa prática é possível de forma excepcional. Esperamos, nas próximas eleições, caso exista a necessidade premente de que a divulgação do resultado ou a divulgação dos resultados das próximas eleições ocorram também de forma centralizada, que seja a divulgação mais rápida, mais célere.

O que traduzo aqui é o seguinte: se não tivesse ocorrido o atraso que ocorreu, não teria ocorrido prejuízo e, possivelmente, não estaríamos discutindo esse tema. Tudo está se discutindo em razão do atraso. Houve o atraso e aí se tornou preocupante. Tornou-se preocupante. Por quê? Porque nós estávamos preparados – os TREs –, nós temos certeza disso; estávamos preparados para divulgar imediatamente e a totalização dos votos. Assim que as informações chegavam das urnas eleitorais, pelos juízes eleitorais, nós estávamos aptos a divulgar. Possivelmente, deveriam ter sido até, segundo o Código Eleitoral, divulgadas pelos próprios juízes eleitorais das zonas respectivas e homologadas por nós dos TREs, como também pelo TSE. E teria a lógica, como no caso das eleições municipais anteriores. Agora, as eleições ocorrem nos TREs, as próximas eleições. Então, essa divulgação ou as divulgações que ocorrerão dos respectivos TREs, dos sufrágios respectivos de cada Estado deverão ser divulgadas, acredito eu, seguindo a determinação legal.

Então, para finalizar, Sr. Presidente, vislumbro o seguinte: acreditamos que nós estamos num progresso, numa evolução. E aqui esse evento é resultado disso. Estamos discutindo democraticamente qual o melhor caminho a ser seguido. E isso é que importa. Nós acreditamos que o que nós desejamos aqui é o melhor para o nosso País, é o melhor para a nossa Justiça Eleitoral em todos os sentidos. Então, acreditamos também que a evolução da tecnologia trará, sem dúvida alguma, o resultado que nós esperamos,



que a sociedade brasileira espera: que tenhamos as próximas eleições como elas têm ocorrido no final das contas, com transparência ou legitimidade, a fim de atender a nossa democracia.

É isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente, eminente Senador Esperidião Amin.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou registrar com grande satisfação o nosso agradecimento pela sua presença, Presidente, e dizer que guardo na minha mente a extraordinária possibilidade que tive ao participar de uma sessão pública na Assembleia Legislativa de Roraima como Senador, em novembro de 1991, vai fazer 30 anos, quando da decretação da Reserva Yanomami, numa reunião muito relevante, muito importante, mas não posso dizer que integralmente pacífica. Foi muito importante pela discussão que ali foi suscitada. De lá até esta parte, muitas foram as ocasiões em que eu tive a oportunidade de conhecer o seu Estado e torcer pelo seu desenvolvimento aqui na parceria dos Senadores e Parlamentares outros que representam o Estado de Roraima.

Seja muito bem-vindo!

Eu vi que o nosso Dr. Sandro pediu a palavra. Eu lhe darei assim que terminarmos todas as exposições, porque agora é a vez do representante da Polícia Federal. Eu não o estou vendo aqui. Se puder ativar o vídeo...

Antes de passar a palavra ao representante da Polícia Federal, Sr. Luís Flávio Zampronha, eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer o envio das partes legíveis, porque há partes não legíveis, do já famoso relatório da Polícia Federal, datado de 2 de outubro de 2018, que é considerado um dos fundamentos para a centralização – eu não sei se o Presidente Leonardo Pache de Faria conhece o relatório da Polícia Federal –, e de pedir ao Dr. Zampronha que nos esclareça especialmente o item 5, "Das Considerações Finais e seus Subsequentes", que menciona esse possível risco de natureza cibernética, e também o item 14 – o 5, o 13 e o 14, especialmente, do relatório. As considerações finais nesses itens 5, 13 e 14 me despertaram uma peculiar curiosidade para conhecer os seus fundamentos e a atualização nas respostas e providências tomadas.

Muito obrigado.

Concedo, portanto, a palavra ao Sr. Luís Flávio Zampronha, representante da Polícia Federal e Diretor de Combate ao Crime Organizado.

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Esperidião Amin, a quem eu agradeço o convite feito à Polícia Federal para participar desta audiência virtual. Gostaria também de cumprimentar os demais participantes, o Desembargador Fernando Carioni, Presidente do TRE de Santa Catarina, bem como o Exmo. Dr. Sandro Nunes Vieira, representante do Tribunal Superior Eleitoral nesta audiência.

Primeiramente, eu gostaria de mencionar que estou representando nesta audiência o nosso Diretor-Geral, que infelizmente não pôde participar e para quem foi endereçado o convite.

Como o próprio Senador já mencionou, a Polícia Federal foi convidada pelo Tribunal Superior Eleitoral para participar das análises dos códigos-fonte dos sistemas eleitorais a serem utilizados nas eleições de 2018, nos termos da Resolução do TSE nº 23.550, de 2017. Assim, a Polícia Federal criou um grupo de trabalho com peritos federais especializados em informática para atendimento do convite do TSE. Esse grupo de trabalho foi composto por um representante do Serviço de Repressão a Crimes Cibernéticos, bem como por dois representantes do Serviço de Perícias em Informática do nosso Instituto Nacional de Criminalística e da Diretoria de Tecnologia da Polícia Federal.

Como estratégia de análise e de forma a melhorar o aproveitamento do tempo disponível para as atividades, os peritos dividiram os sistemas em três grupos: urna eletrônica, transportador e totalizador.



Cada perito, assim, se dedicou a analisar os detalhes de funcionamento dos sistemas contidos em seu grupo, analisando a forma de implementação e os detalhes de segurança e, posteriormente, convergindo os resultados das análises individuais com as observações gerais.

Em relação ao sistema do transportador, foi verificado que o transportador não tinha acesso aos bancos de dados do TRE, tratando exclusivamente da transmissão de dados de forma segura para serem analisados e contabilizados.

Em relação ao sistema do totalizador, é importante ressaltar que, embora ficasse instalado no TRE, cada máquina, através... Essas máquinas seriam responsáveis pelo recebimento de cada boletim de urna para fazer a totalização. Esses computadores, mesmo estando nos TREs, eram administrados remotamente pelo TSE através de suporte operacional. Então, toda a manutenção no sistema operacional era realizada de forma centralizada já pelo TSE.

Foi feito um total de 14 recomendações finais. A principal, que tem relação direta com o tema desta audiência, seria a recomendação para uma revisão na arquitetura dos servidores *web* e de banco de dados do processo de totalização, enfatizando a questão da segurança e a facilidade de gestão no caso de migrar a arquitetura descentralizada dos TREs para a centralizada no TSE. Na arquitetura descentralizada, o fato de existir um banco de dados e um servidor de aplicações local em um computador em cada TRE aumentaria o leque de potenciais ataques ao ambiente, que podem ser mitigados com a localização física dessas máquinas no ambiente do TSE. Além disso, essa migração poderia também trazer benefícios relacionados com a manutenção da aplicação onde se tornará desnecessário o processo de replicação dos votos.

É isso, Senador.

Isso foi uma análise técnica feita pelos nossos peritos. É um...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Só para nos situarmos, essa é a recomendação nº 5, que eu havia mencionado.

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA – Não estou ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Esta é a recomendação (*Fora do microfone.*) ou a consideração nº 5, a que eu tinha referido.

Essa informação que V. Sa. está enunciando é a número cinco, a consideração nº 5, que eu havia mencionado.

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA – Sim, essa é... Foram 14 recomendações; essa é a recomendação nº 5.

Essa é uma análise opinativa. Ela faz parte desse sistema de auditoria do TSE. E nós fazemos esse trabalho já há alguns anos, desde a primeira votação com uso de urnas eletrônicas.

A Polícia Federal se mantém à disposição para novos esclarecimentos.

É um documento técnico. Ele é autoexplicativo, e eu não teria muito mais o que acrescentar ao que foi afirmado já pelos nossos peritos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu lhe peço que nos esclareça sobre a consideração nº 13: recomendação de migração – não sei se isso está ainda atual; se seria atual ou se já está esse assunto resolvido – recomendação de migração de todos os módulos e rotinas administrados por uma empresa para o TSE e/ou Abin. Isso já aconteceu? Essa recomendação já foi satisfeita ou ainda é, digamos assim, atual?

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA – Senador, esse foi o último relatório elaborado pela Polícia Federal em relação às análises dos códigos-fonte dos sistemas eleitorais do TSE. Nós não temos a informação... Nós não recebemos esse *feedback*, vamos dizer assim, do TSE em relação a quais recomendações feitas pela Polícia Federal foram atendidas...



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já foram satisfeitas.

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA – ... foram atendidas ou foram satisfeitas. Essa é uma informação que não foi repassada pelo TSE.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fico grato ao senhor. E já encaminho essa indagação ao Dr. Sandro: se a Consideração nº 13 já está satisfeita, ou seja, esses dados, tudo isso que é solicitado, os módulos e rotinas administrados por uma empresa privada, se isso já migrou para o TSE ou para a Abin, digamos, deixou de ser privado para ser chapa-branca.

E ainda gostaria de ouvir do senhor: a Recomendação nº 14 é uma recomendação para mim desconhecida, eu nunca tinha ouvido falar nisso. A 14 diz assim: "Recomendamos que sejam envidados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria". Vou repetir: "Recomendamos que sejam envidados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria", segue a descrição. Lembro que em 2018, em outubro, estava em vigor apenas a liminar do STF que passou a considerar esse dispositivo inscrito na legislação eleitoral como inconstitucional, o que só ocorreu, em termos de Pleno, em setembro de 2020. A liminar é de junho de 2018, a recomendação da Polícia Federal é de outubro de 2018 e a decisão do Pleno do STF é de setembro de 2020. São datas que eu menciono só para fins de circunstâncias. Eu indago ao senhor se houve algum retorno à Polícia Federal em termos desta recomendação que se estende, mas que pode ser resumida a essa frase que eu li, que é a primeira frase da Recomendação 14, aí é uma indagação que eu lhe faço. (*Pausa.*)

Sim, eu quero que o Dr. Zampronha avalie essas duas indagações.

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA – Senador, como mencionado, essa é uma análise técnica feita pelos nossos peritos, mas se trata de um documento opinativo; ele não é vinculante, ele não tem o poder de vincular as decisões ou as novas medidas a serem adotadas pelo TSE. Então, simplesmente esses documentos são enviados e cabe ao TSE, como gestor do sistema, tomar as medidas que julgue mais pertinentes e necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu lhe agradeço.

E já formulo a minha indagação para o Dr. Sandro, assim que tiver a palavra, mas antes vamos ouvir o Sr. Rodrigo López Zilio. Já que nós estamos falando em Santa Catarina, temos bastantes Zilios em Santa Catarina também. Seja bem-vindo!

O SR. RODRIGO LÓPEZ ZILIO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Conseguem me ouvir? (*Pausa.*)

É que eu não consegui antes ativar.

Um bom dia a todos, então, é uma satisfação comparecer a essa audiência virtual no Senado.

Gostaria, primeiramente, de cumprimentar o Senador Esperidião Amin; os demais Senadores e Senadoras que estão presentes neste encontro virtual; o Dr. Sandro Nunes Vieira, grande amigo que tive contato presencial lá no TSE em 2019; os servidores José de Melo Cruz e Sandro do TSE; os Presidentes dos Regionais de Santa Catarina e de Roraima; e, também, o representante da Polícia Federal, Dr. Zampronha.

Só para esclarecer, eu sou do Rio Grande do Sul mesmo, Senador Esperidião, sei que temos parentes em Santa Catarina, mas eu sou do Rio Grande do Sul, então, para fazer uma distinção em relação a essa sua pontuação. Eu não tirarei dos senhores, das senhoras, mais do que cinco minutos, serei bastante breve.

Estou aqui representando a Procuradoria-Geral da República, o Procurador-Geral Eleitoral, Dr.



Paulo Gonet, que não pode, infelizmente, se fazer presente hoje. Eu sou membro auxiliar com uma atuação, então, perante a Procuradoria-Geral Eleitoral e destaco, então, que o Ministério Público tem sido vigilante nessas questões relativas à informatização do processo eleitoral e tem exercido permanentemente esse fiscal de *custos legis* ao longo de todos os processos eleitorais.

Para ser bem objetivo aqui, eu acho que o nosso debate, que é extremamente relevante e está no local apropriado, que é o Senado Federal, tem que ter duas premissas, ao menos é o que me parece: os conceitos de apuração e de totalização e os modelos de apuração e totalização no sistema manual e no modelo informatizado.

Todos aqui já têm conhecimento, evidentemente, desses conceitos, mas é importante assinalar que, quando nós falamos de apuração de votos, que é o exato momento em que os votos saem do boletim de urna e são contabilizados para partidos e candidatos, o Código Eleitoral, que é de 1965, estabelece competência e fala de totalização, de fato, para os regionais fazerem as apurações dos sistemas eleitorais e federais, mas o que nós temos que ter presente? Que, embora essa competência seja disciplinada no Código Eleitoral, em 1965, o modelo de apuração que nós tínhamos até então era um modelo artesanal, era um modelo de um processo manual, demorado. Aqui vários já relataram experiências, o Presidente do TRE de Roraima relatou a sua experiência no modelo passado, enfim, e ele teve uma viragem, em 1996, com a adoção do processo eletrônico.

Mas o que parece importante para a gente seguir no debate? Que a totalização, que nada mais é conceitualmente do que a soma de todos os votos dos boletins de urnas, é vinculada à apuração. Acho que essa é uma premissa importante, embora sejam conceitos distintos, apuração e totalização não são a mesma coisa, a totalização é vinculada à apuração. E nós tivemos o fato da eleição de 2018, a mudança da eleição de 2018 para 2020, a partir do relatório que já foi exposto aqui da Polícia Federal, que, em síntese, deixa de fazer a totalização em 27 bancos de dados autônomos expostos pelo Brasil, do Oiapoque ao Chuí, para usar uma expressão já batida, e centraliza-se no *data center*, na nuvem do TSE, no *datacenter*, com base nas premissas de economia e de segurança – são dois valores que são considerados ali – também se agrega à questão do desempenho.

E o fato que foi desencadeador do descontentamento foi que na questão do desempenho houve o atraso, que também já foi comentado aqui, na divulgação dos dados. Então, a experiência de 2020 foi uma experiência que de certa forma frustrou aquele ideal de otimização que a Justiça Eleitoral vinha impondo e vem nos impondo ao longo dos anos com um processo eleitoral que é extremamente elogiável, mas, basicamente, essa mudança de atribuição, uma decisão administrativa da Ministra Rosa Weber ainda – se eu não me engano, foi em 2018, foi antes do Ministro Barroso, se eu não estou equivocado –, ela foi uma medida administrativa com base nesses vetores segurança, confiabilidade e desempenho.

O que é importante, me parece aqui, destacar, para a gente poder talvez contribuir com o debate? O Tribunal Regional Eleitoral acaba mantendo a competência para apuração de votos, como já foi explicitado pelo Dr. Sandro antes, e depois até tem o José, que é servidor do TRE, tem a Sandra também, que está aí, que podem colaborar mais, mas a informação que nós temos no Ministério Público é que todo o gerenciamento da totalização, ou seja, a transmissão, o tempo de controle da totalização, resolução de pendências, exclusão de boletins de urna continuam sendo nos TREs. Então, acho que esse é um ponto relevante a ser esclarecido. Eu não sou técnico nisso, eu simplesmente fui buscar informações em relação a isso. Acho que isso tem que ser mais bem esclarecido pelos servidores do Tribunal Superior Eleitoral, mas são premissas importantes. Um, o TRE mantém competência para apuração e mantém gerenciamento de totalização, tão somente a centralização é feita num *data center*, mas a totalização – e isso que é importante – retrata exatamente os dados da apuração. Então, não há como ter uma dessintonia entre aquilo que foi apurado e totalizado.



A totalização – repito, me parece importante – retrata os resultados dos boletins de urna que são produzidos pelas urnas eletrônicas. Então, o que parece necessário no atual estado de coisas? Há uma adaptação, me parece, à realidade atual, que é uma realidade em que, infelizmente, a gente vê em notícias, os sistemas são expostos a ataques cada vez maiores, cada vez mais coordenados e me parece que, nesse atual estado de coisas, se a totalização retrata a apuração de votos, nós não podemos desprezar – esse é o pensamento do Ministério Público Eleitoral – que essa totalização pode ou deve ter um viés colaborativo, um viés de coordenação, um diálogo interinstitucional entre os tribunais regionais e o Tribunal Superior. Medidas colaborativas com a finalidade de quê? De justamente privilegiar o vetor de proteção de vulnerabilidade.

E, nesse sentido, Senador Esperidião – já vou concluindo aqui, porque eu pretendo ser fiel ao tempo que me foi concedido –, o projeto do novo Código Eleitoral, que é da relatoria da Deputada Margarete, que foi aprovado acho que há duas semanas, se eu não estou equivocado, na Câmara dos Deputados e hoje se encontra nesta Casa Legislativa, no Senado, eu sou um crítico de muitos pontos do projeto do novo Código Eleitoral, acho que é muito difícil o Senado se desvencilhar deste ônus: analisar mil artigos em dez dias, eu acho que é absolutamente impossível. Eu acho que seria prematuro demais. Esse projeto exige reflexão, mas esse Código Eleitoral, Senador Esperidião, de certa forma, já traz esse diálogo que eu estou aqui compartilhando com os senhores e com as senhoras. Eu chamo atenção a dois dispositivos desse Código Eleitoral que está aí na Casa, que, volto a dizer, acho que deve ser mais debatido, acho que não vai dar para... É uma opinião pessoal aqui, não é do Ministério Público, só para deixar claro, mas não vai dar para ser aprovado até o próximo dia 2, parece-me, que é o próximo sábado.

Mas eu chamo atenção dos senhores e das senhoras. No art. 113 do novo Código Eleitoral, quando ele traz a competência administrativa dos Tribunais Regionais Eleitorais, ele diz que compete aos TREs totalizar os votos nas eleições para Governador, Senador e Deputados. Então, compete ao TRE totalizar os votos, mas observem, sob a coordenação do Tribunal Superior Eleitoral. E o art. 330 do mesmo Código, do mesmo projeto, melhor dizendo, vai mais longe. Observem o que diz o art. 330 do novo Código Eleitoral, do projeto do novo Código: competência para totalização dos TREs nas eleições federais e estaduais; mas no parágrafo único diz que essa competência não exclui a competência administrativa do TSE de realizar a coordenação de todo o processo de totalização das eleições ordinárias, com vistas a garantir maior integração, integridade, segurança e confiabilidade.

Então, observem que o projeto nesse sentido é sábio, o projeto nesse sentido avança, e o projeto nos faz refletir que talvez, a partir de eventos como esse que foi trazido aqui pelo Senador Esperidião Amin de modo elogiável, nós tenhamos que fazer de fato um debate que prime pela transparência, pela pluralidade, que ouça os especialistas na área. E, se houver necessidade, por algum desconforto com a interpretação do Código de 1965, literal, que se faça ou uma adaptação legislativa, evidentemente que não dará para 2022, ou o TSE faça uma instrução normativa para esclarecer essa necessidade de aprimoramento no sentido de que a apuração continua nos Tribunais Regionais Eleitorais e, mais do que isso, o próprio gerenciamento da totalização ali está; e que coordenação não significa exclusão de competências.

Então, basicamente, eram essas as sugestões que o Ministério Público Eleitoral tem a dar. Eu procurei ser rápido e objetivo para primar pelo tempo, nesses eventos, porque parece que esse é um valor relevante também a ser considerado.

Mais uma vez, Senador, eu agradeço profundamente a atenção do Senado Federal com a Procuradoria-Geral Eleitoral, e o convite, e me coloco à disposição aqui para maiores esclarecimentos, sendo certo que embora haja eventuais divergências, o objetivo de todos aqui é o aperfeiçoamento do regime democrático e da lisura do processo eleitoral.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agradecendo ao nobre representante da Procuradoria-Geral da República e agradecendo por extensão ao Dr. Aras pela sua designação, longe de mim querer chegar a alguma conclusão, mas eu acho que essa sua reflexão sobre o projeto de lei que eu também acho que dificilmente será apreciado pelo Senado até o dia 2 de outubro, não vislumbro essa possibilidade, isso no mínimo reforça a ideia de que nós não temos uma legislação adequada para elucidar completamente a questão. Não é uma conclusão, mas é uma impressão que eu recolho, inclusive depois dessa intervenção muito bem lançada pelo Dr. Zilio.

Concedo, como já havia dito, a palavra ao Dr. Sandro Nunes Vieira.

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Eu fiz aqui algumas anotações para tentar responder a todos os pontos que o senhor me direcionou, e também como uma espécie de réplica àqueles que se manifestaram anteriormente.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que o TSE trata a questão da totalização como um assunto administrativo, ou seja, tema que é disciplinado em resoluções do próprio Tribunal. Então, de modo algum o Tribunal, ao disciplinar o tema, ao realizar a centralização do banco de dados, subtraiu competências atribuídas no Código Eleitoral aos Tribunais Regionais Eleitorais. Esse é o contexto em que o TSE regulamentou a matéria do ponto de vista administrativo.

Apenas sem gerar um antagonismo, mas por dever de defesa da instituição que eu estou representando aqui, eu me sinto no dever, e como eu vejo aqui o Desembargador Leonardo Pache de Faria, que é presidente do Coptrel... Até peço desculpas por não tê-lo saudado anteriormente, na primeira intervenção. Eu não o reconheci no vídeo. Eu o vi uma vez no gabinete da Ministra Rosa pessoalmente, e acabei não reconhecendo, mas peço desculpas e lhe saúdo também, com todo o carinho. Esse assunto se encaixa muito bem pra ser discutido com o Ministro Barroso no Coptrel, pelo caráter administrativo dele. Então, eu sei que o Senado está mediando também essa situação, e operando para a ampliação do debate, mas eu acho que nós temos também um papel institucional da Justiça Eleitoral como um todo, de tratar esse tema na esfera que eu entendo que é a mais adequada, que é a esfera administrativa, até porque já diziam antigamente que roupa suja se lava em casa. Então, acho que nós temos um papel e podemos, a partir da manifestação do Desembargador Fernando Carioni, levar esse assunto para o conhecimento do ministro, sem prejuízo, é claro, da competência do Senado Federal, que é muito bem-vinda, neste momento, para um assunto de extrema relevância.

Então, nós tratamos esse assunto como assunto administrativo e de coordenação, que é o papel que o TSE tem dentro da estrutura da Justiça Eleitoral. Essa atribuição administrativa foi colocada... A totalização foi centralizada dentro de uma resolução dos atos gerais do processo eleitoral. Essa resolução... A nossa colega Sandra Damiani está aqui. Ela é uma das principais interlocutoras nessa parte, entre parte normativa e técnica de tecnologia da informação e ela sabe que o TSE já atuava, inclusive no momento anterior à totalização, como um ente central. As máquinas ficavam nos TREs, ou seja, uma localização física, mas toda a gestão do sistema – o José Melo me fez lembrar aqui, isso está também no relatório do Dr. Zampronha – já era feita pelo TSE. Então, se nós fôssemos fazer uma síntese da insurgência de tirar as máquinas dos TREs, nós não estamos mudando em nenhum momento o procedimento. A totalização já era coordenada pelo TSE e as máquinas físicas ficavam nos TREs. Então, a reclamação seria: "o TSE tirou os computadores do TREs". Então, eu fico às vezes me perguntando se esse tipo de reclamação deve ser discutido num aspecto tão importante como é o do Senado Federal, porque do ponto de vista da competência administrativa ou jurisdicional, o TSE em nenhum momento invadiu a atribuição dos TREs. Volto a dizer, mesmo no modelo anterior, quem geria o sistema que estava nos computadores do TREs era o TSE.



Sobre a pergunta que o Senador Espiridião Amin me dirigiu sobre a questão da empresa que executava atividades cujo papel a Polícia Federal recomendou que o TSE assumisse, eu tenho aqui alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, o desenho da atual Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE – e dos TREs também – é um desenho em que nós temos um quadro de servidores concursados, que corresponde a aproximadamente um terço de todos os servidores de Tecnologia da Informação, e temos um quadro de servidores terceirizados, que corresponde a dois terços da força de trabalho do TSE. Esse número varia de acordo com o TRE, mas o cenário é o mesmo: há grande dependência de servidores terceirizados.

Esse sistema era gerenciado – e foi dito pela Polícia Federal que deveria sair – por uma empresa, que é uma empresa terceirizada do TSE. Então, o TSE continua utilizando os serviços dessa empresa, mas com os seguintes detalhes: a coordenação dos trabalhos é feita por servidor de carreira no TSE e todos os desenvolvimentos passam por testes e aprovação da equipe técnica do TSE. Então, a empresa atua na mão de obra, mas toda a inteligência do processo e toda a aprovação daquilo que a empresa desenvolve é feita por servidores de carreira, sob a supervisão da nossa Secretaria de Tecnologia de Informação. O protagonismo é do TSE e não da empresa terceirizada. Então, Senador, essa é a resposta para aquela recomendação da Polícia Federal, ou seja, a empresa não tem um monopólio de como configurar o sistema, ela apenas cumpre as determinações, ordens, e o desenvolvimento é feito – vamos dizer assim – no aspecto mais braçal, operacional por aquela empresa. Toda a coordenação do sistema de localização é realizada pela Justiça Eleitoral, através da equipe técnica do TSE.

Com relação ao voto impresso, essa recomendação da Polícia Federal precisa ser contextualizada. O Senador Espiridião Amin já fez aqui o primeiro ponto de contexto, que é que, na época, estava vigendo uma alteração legislativa e uma liminar do Supremo Tribunal Federal que tratava do tema voto impresso. Então, nós precisamos fazer o resgate histórico para ver o que o TSE havia feito em 2018 para implantar o voto impresso. O TSE contratou uma empresa chamada FIC para desenvolver uma urna com o voto impresso e o TSE também contratou uma empresa para produzir impressoras que seriam acopladas às urnas eletrônicas, que é a empresa CIS Eletrônica da Amazônia, se não me falha memória o nome completo dessa empresa. Essa empresa fez o projeto, a licitação foi vencida por ela, e ela estava em fase de início de produção quando veio a liminar do Supremo Tribunal Federal suspendendo a vigência daquela lei. Então, o TSE tem cumprido, sim, as determinações legais e tem obedecido aos parâmetros normativos fixados pelo Congresso Nacional para o modelo de votação.

Inclusive, quando o Ministro Luís Roberto Barroso compareceu à sessão pública na Câmara dos Deputados, após expor vários argumentos técnicos institucionais relativamente ao voto impresso, ele deixou muito claro que a posição institucional era de segurança do voto eletrônico, de confiabilidade do voto eletrônico, mas que, havendo mudança legislativa, ele envidaria todos os esforços para assegurar que a vontade do Parlamento fosse cumprida pela Justiça Eleitoral, ou seja, o TSE não faria por conta própria, porque ele atua baseado na legislação em vigor, mas, por outro lado, havendo mudança na legislação, o TSE prontamente estaria envidando todos os esforços para fazer projeto de urna eletrônica com o voto impresso ou uma impressora que fosse acoplada às urnas eletrônicas atualmente existentes para dar cumprimento à decisão do Congresso Nacional.

Então, na época, o TSE envidou esforços, seguindo a orientação tanto da Polícia Federal como da Legislativa, à época da lei vigente, e o TSE, apesar de não ter recebido as impressoras, foi condenado e fez uma conciliação, posteriormente, para indenizar a empresa que produziria as urnas, melhor dizendo, as impressoras a serem acopladas. Então o TSE, em nenhum momento, quedou-se inerte ou deixou de cumprir o seu mister em relação à operacionalização do processo eletrônico no Brasil.

Quero aqui agradecer a interlocução do Dr. Rodrigo López Zilio, porque ele é um acadêmico, mas



também – desculpe a expressão – é um "rato" do processo eleitoral, conhece os detalhes do sistema como poucos. Então, com certeza suas anotações são muito úteis para enriquecer esse debate.

Quero agradecer aqui... Mais uma vez, Desembargador Fernando Carioni, não é um antagonismo pessoal, mas um debate de ideias contraditórias. Respeito muito a sua posição como Presidente do TRE de Santa Catarina.

E também ao Desembargador Leonardo Pache, Presidente do Coptrel, quero aqui parabenizá-lo por também enriquecer o debate e trazer pontos de vista divergentes, que levam realmente a uma compreensão mais amplificada do assunto, e dizer que o TSE continua aberto a prestar esclarecimentos, mas defendendo que a totalização não implica em nenhum momento subtração de competência dos TREs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Consulto os demais participantes se desejam fazer uso da palavra, seja para fins de réplica ou de comentário.

Percebo que o Dr. Fernando Carioni pede a palavra, a quem eu concedo.

O SR. FERNANDO CARIONI (Para exposição de convidado.) – Senador Esperidião Amin, inicialmente eu quero agradecer a participação, o convite que me foi feito pelo Senado Federal. Eu não vim aqui, como disse o Dr. Sandro Nunes Vieira, lavar roupa suja, não. Eu vim aqui trazer exatamente o que aprendi, o que está no Código, uma interpretação de que foi realmente subtraída a competência dos TREs. Eu não tenho nenhuma razão para dizer de forma contrária, foi realmente retirada: é só ler os artigos que estão no Código, por isso fiz questão de ler, inclusive com adições do Ministro Sepúlveda Pertence. Então, não há outra forma de eu ter esse entendimento. Foi retirado administrativamente, contra o Código Eleitoral – isso eu afirmo, reafirmo, e vamos discutir em qualquer seara.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., Senador Esperidião Amin, uma vez que nós nunca tivemos acesso a esse relatório produzido pela Polícia Federal, pelos peritos da Polícia Federal, se V. Exa. pode nos ceder uma cópia para que a gente possa levar, junto com o Presidente Leonardo Pache Cupello, a uma reunião de discussão dos Presidentes de TRE, porque nunca nos chegou essa comunicação ou o conhecimento do que trata. Escutei V. Exa. se referir a vários itens, mas nós realmente... Pelo menos, eu principalmente desconheço integralmente, desconheço a íntegra desse documento já realizado em 2018.

Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu me apresso a responder a essa sua ponderação: o documento que nos chegou tem inclusive a tarja preta sobre os textos que eu considero não divulgáveis.

Mas eu até consulto o Dr. Zampronha. O que não está com tarja preta eu acho que não é confidencial. Dr. Zampronha, o senhor precisa consultar alguém? As considerações...

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA (Para exposição de convidado.) – Senador, eu acredito que... Para falar a verdade, eu não sei qual o critério de classificação que foi adotado em relação a esse documento, mas foi enviado para o gabinete do senhor, não é?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim. Está aqui na minha mão. Eu considero um documento integrante da... É uma sessão de debates temáticos. O documento da Polícia Federal tem sido citado várias vezes como sendo causa das providências acauteladoras que estão em discussão aqui, pelo TSE. Temos até que fazer acompanhar esse relatório de inúmeras vezes que o TSE, através dos seus dirigentes, tornou público que havia uma recomendação da Polícia Federal. Foi por isso que eu pedi à Polícia Federal o documento.

Então, se não tem nada de confidencial, não tem nenhum carimbo de confidencial, eu considero, pelo menos no âmbito da sessão de debates temáticos, que é publicável, e vou publicizar. Espero não cometer



um crime, pois não há advertência. Se houver alguma advertência de sigilo a ser mantido, eu peço que o senhor informe ao seu superior. Eu não vi nenhuma recomendação. Então, eu vou...

O SR. LUÍS FLÁVIO ZAMPRONHA – Senador, esse documento foi enviado ao TSE. Seria também interessante o TSE se manifestar sobre a possibilidade ou não de divulgação desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não.

Bom, eu vou tornar público aqui o seguinte: quem tiver alguma coisa contra que esse documento integre a sessão de debates naquilo que me foi disponibilizado... Há coisas aqui que não eu não pude ler. Está lido aqui o que me chamou especial atenção, que foi o conjunto das considerações finais. Por isso que eu frisei a nº 5, a nº 13 e a nº 14, que são igualmente integrantes desse total de 14 recomendações.

Mas eu vou ouvir o... Se o senhor tiver alguma informação complementar, faz de conta que nós estamos naquelas proclamas do casamento: fale o mais rapidamente possível ou concorde para sempre.

Pois não, Dr. Sandro.

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Senador, eu me comprometo aqui a enviar cópia do relatório para o Desembargador Fernando Carioni, de modo que a informação saia do TSE, porque aí nós temos o controle dela e se evita que um relatório chegue por outra via, até evita que o senhor também tenha problemas eventualmente quanto a isso. De minha parte, o senhor tem à sua conta, mas eu posso enviar isso institucionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu lhe peço diferente. Nós temos aqui o Presidente do Conselho dos Tribunais Regionais Eleitorais...

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA – Se o Desembargador Leonardo não tem cópia... Eu não preciso, mas, se ele não tem, eu posso enviar para ele também.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se ele não tem cópia desse documento que foi... Se não tem cópia, eu acho... Aí o senhor vai me perdoar, mas acho que está havendo uma falha...

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA – É, como o documento foi colocado como confidencial, para todos aqueles presidentes que pediram cópia nós enviamos, mas nós não enviamos de antemão. Aqueles que a solicitaram receberam, e, após as eleições, vários... É que o processo é sigiloso, então nós não vamos ficar oferecendo cópias às pessoas. Agora, solicitando, tal como está sendo feito aqui, o TSE tem interesse em atender, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu quero alertar que eu tenho aqui o documento integral...

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA – Mas acho que a sua fonte não foi o TSE, foi a Polícia Federal, não foi?

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a minha fonte foi a Polícia Federal, sem qualquer recomendação de sigilo. Eu recebi... Eu fiz um ofício, não foi um pedido de informação. Eu fiz um pedido e me foi encaminhado nesses termos. Eu posso até fazer um pedido de informação para ler o que eu não li.

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que o Senado Federal tem esse direito, mas eu teria que aprovar um pedido de informação, e, aí, a Polícia Federal vai nos dizer o que pode ser divulgado e o que não pode. Agora, isto que eu recebi não é confidencial. Na legislação que regula essa matéria...

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA – Sim.



O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... isto aqui não é confidencial. Mas eu lhe peço que o TSE... Até em respeito à instituição, ao serviço eleitoral, ao seu tribunal, eu peço que o senhor diligencie para que seja disponibilizado pelo TSE ao Dr. Leonardo, e ele vai fazer a circularização com a responsabilidade devida.

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A propósito, Dr. Sandro, eu quero que o senhor...

Não sei se a Dra. Sandra... Parece que pediu a palavra, vou passar a palavra para ela.

Quero dizer do meu profundo respeito, não apenas do ponto de vista tecnológico, ao serviço que presta ao Brasil o Tribunal Superior Eleitoral, seus colaboradores, os 2.240 juízes e servidores, os 27 tribunais regionais e o próprio TSE.

E até quero acrescentar um dado como catarinense para o senhor: o Ministro Luís Barroso foi o relator do processo mais longo da história do STF, a Ação Cível Originária nº 444, que versa sobre os limites territoriais no mar para fins de distribuição de *royalties* de petróleo, e, em uma das várias visitas que fiz ao STF, ele disse: "Eu vou apresentar o meu voto neste ano de 2017". E o apresentou no dia 20 de dezembro, mas o julgamento definitivo ainda está... Não temos ainda liquidação de sentença, mas Santa Catarina venceu uma demanda que se iniciou administrativamente em 1986 e, como ação civil originária, é de 4 de outubro de 1991 – são 30 anos de ação! O Ministro Barroso tem o crédito de cumprimento de sua palavra, e eu torno isso público isso aqui.

O senhor falou que não existe antagonismo pessoal, muito menos nesse caso: nesse caso, eu sou grato como catarinense, porque o Ministro cumpriu com exatidão e com pontualidade aquilo que ele achava que era possível. Anunciou e cumpriu. Quanto ao tribunal, existem, naturalmente, várias questões que dificultam a liquidação da sentença, que é favorável a Santa Catarina, mas aí não eu não posso debitar um milímetro de uma possível reclamação à pessoa do Ministro, que teve exatidão e, naturalmente dentro da sua convicção, tomou a decisão que veio até ao encontro do anseio de Santa Catarina.

De forma que aqui nós estamos rasos em matéria de interesse público, ou seja, todos somos movidos pelo interesse público e pelo respeito institucional e pessoal.

Mas eu solicito, então, que o TSE difunda este documento – pelo menos na parte acintosa que ele tem.

Concedo a palavra à Dra. Sandra, que eu acho que tinha pedido a palavra.

Está com o microfone, Sandra?

A SRA. SANDRA MARIA PETRI DAMIANI – Agora estou.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor.

A SRA. SANDRA MARIA PETRI DAMIANI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Eu não tive oportunidade de dar bom-dia, então dou agora, quase na hora do almoço já.

Inicialmente, Senador Esperidião Amin, prazer em conhecê-lo, mas eu devo informá-lo de que, nas raízes, nem os Petri, nem os Damiani estão em Santa Catarina. No entanto, eu fico contente de saber que há alguma parte dos Petri e dos Damiani coexistindo aí nesse Estado de que eu gosto muito. Tenho muitos amigos aí. Bom, isso é só porque, na sua primeira fala, o senhor fez menção ao meu sobrenome, então eu estou tentando me localizar aqui.

Vamos lá. Inicialmente eu ouvi todas as preocupações, principalmente vindo do Desembargador Fernando Carioni. Conforme o Dr. Sandro já... Eu acho que tenho pouco a acrescentar, mas, de tudo que eu escutei, de tudo que foi apresentado, me pareceu que há uma preocupação muito grande em que o TSE, a Justiça Eleitoral, eventualmente não estejam atendendo ou não venha atendendo ao que está disposto



no Código Eleitoral em todas as nossas eleições.

E eu faço questão, questão mesmo, de deixar claro que, em todos os anos – eu estou já há 30 anos trabalhando com a Justiça Eleitoral, participei de todo o processo de implantação da urna e de toda a construção do sistema, junto aqui ao meu grande amigo e companheiro de trabalho José Melo; durante todos esses anos, trabalhamos em parceria –, sempre houve a preocupação... Aliás, este sempre foi o norte: adaptar os sistemas, fazer com que os sistemas obedecessem exatamente ao que determina a lei, sendo que, logicamente, por o Código Eleitoral ser de 1965, ele não previu, logicamente não estava contido nele, as evoluções tecnológicas que vieram, particularmente a urna eletrônica e todo o avanço tecnológico das transmissões, enfim.

Então, as competências, Desembargador Fernando – eu faço questão de frisar –, nunca foram desatendidas, nem com a centralização recente do banco em 2020, porque, inclusive, esse banco já inicialmente foi descentralizado. Nós tivemos vários problemas até 2004, quando nós tiramos essa descentralização física da zona eleitoral e passamos para os tribunais. E, em 2020, também por conta da dificuldade de manter esses bancos todos, porque não são só 27 servidores, são 54, então, administrados fisicamente... Sendo bem clara, os TREs limpavam os gabinetes dos servidores, e quem tinha a senha, quem tinha toda a manutenção, o controle e o cuidado de segurança era o TSE. Eles eram administrados já pelo TSE. Em 2020, essa migração, essa unificação do banco foi justamente para, até em função das orientações da Polícia Federal, ser mais próximo, mais seguro e mais confiável o processo.

Lembro só, finalmente, que nada mudou em termos de procedimento, tampouco de atribuição nem de juiz, nem de junta, nem de tribunal. E também lembramos que, a cada uma dessas entidades do processo eleitoral, só a elas cabe atuar e ativar o que lhe é devido. Então, por exemplo, se eu tenho um problema numa urna eletrônica de uma seção que foi eventualmente anulada, só o juiz pode tomar as decisões relativas a essa urna, ainda que seja numa eleição presidencial. Na eleição presidencial ou na eleição para Governo, por exemplo, para Governador de Estado, se eu tenho um problema relativo a um candidato, perda de votos em função de sua situação jurídica ou algo semelhante, é só quem tem a atribuição de julgar esses processos de registro que pode atuar na situação. Então, ainda que... Independentemente de onde está o voto fisicamente, cada ator do sistema eleitoral, só a ele cabe. O TSE jamais poderia – não consegue – anular uma seção quando esse problema ocorreu na zona. Quem vai anular uma seção é o juiz eleitoral. E, até o Tribunal Eleitoral, não é ele que anula uma seção, uma urna eletrônica por conta de um problema de fraude ou qualquer coisa que possa vir a acontecer naquela seção. Não é ele que conta o voto. Quem conta o voto numa votação em cédula, se houver, é o juiz eleitoral, ainda que seja uma eleição geral. Ou seja, em todo esse trabalho, tanto sistêmico quanto de elaboração das instituições, sempre houve total respeito e atendimento ao que está disposto na lei.

Fazendo um paralelo entre a eleição de 2020, que foi municipal, com a de 2016 – sendo que, em 2016, as máquinas ainda estavam distribuídas entre os tribunais e, em 2020, na eleição municipal, a gente centralizou os dados –, se o senhor fizer um comparativo entre as resoluções, o senhor vai ver que, em termos de atribuição, nada mudou, é transparente.

E, só para finalizar, assim como o cadastro eleitoral é gerido pelo juiz eleitoral, enquanto o cadastro nacional de eleitores está no TSE, isso há anos e até muito anterior à centralização dos dados de eleição, assim como o PJE (Processo Judicial Eletrônico), utilizado por toda a Justiça brasileira, que tem um banco centralizado, as atribuições das instâncias estão respeitadas e ninguém invade.

Então, eu acho, eu vejo assim, na verdade, para deixar o Desembargador Fernando e também todos os que defendem e estão preocupados, como o Desembargador Leonardo, muito tranquilos com relação à competência: nunca foi, em nenhum momento, alterada por conta de uma tecnologia ou por conta de uma decisão administrativa.



Eu agradeço a oportunidade e espero ter contribuído com esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem dúvida, a sua colocação é digna de todo o nosso respeito, embora o simples fato de estar tramitando um projeto de Código Eleitoral que conforma, segundo muito bem relatou o Dr. Zilio, a tecnologia, pelo menos reduz essa defasagem do que está prescrito... Se não me engano, seriam os arts. 330 e 329 do projeto do Código Eleitoral, Dr. Zilio?

O SR. RODRIGO LÓPEZ ZILIO – São os arts. 113, inciso XV, e 330. Ele deixa...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – São 113 e 115...

O SR. RODRIGO LÓPEZ ZILIO – Não, art. 113, inciso XV.

Ele basicamente, Senador, prevê esse diálogo institucional entre TSE e TREs. Basicamente é isso.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Perfeito.

Então, o simples fato de constar de um projeto que provavelmente, quase certamente, não será erigido à condição de lei demonstra que nós temos uma defasagem. O simples fato de estar em tramitação um projeto que o modifica mostra que a polêmica não é despropositada. Não estou aqui querendo firmar um juízo. Pretendo levar esse assunto, pelo menos o resumo desse assunto, à Comissão de Justiça, onde já tinha tramitado aquela moção – eu queria dizer ao Dr. Sandro – que não foi firmada apenas por um Senador, mas foi firmada pelo Senador Alessandro Vieira e por mim e foi subscrita por outros oito Senadores daquela Comissão.

Consulto se mais alguém gostaria de usar da palavra, uma vez que creio que, mesmo sem uma resolução – não era o objetivo, o objetivo aqui é ser uma sessão de debates –, cada um pôde firmar o seu ponto de vista a respeito do que é necessário fazer para que esse assunto seja pacificado.

Concedo a palavra ao Dr. Zilio, que eu mencionei mais de uma vez.

O SR. RODRIGO LÓPEZ ZILIO (Para exposição de convidado.) – Eu gostaria só, Senador, de agradecer mais uma vez, então, o convite à Procuradoria-Geral da República para participar e deixar claro que esse projeto, na verdade, dialoga na linha do que o Tribunal Superior Eleitoral faz em resoluções. Então, acho que é importante que, se o Senado entender necessária uma atualização legislativa, isso não exclui a possibilidade de o TSE fazer por instrução normativa. Eu acho que são canais que ficam abertos.

E me parece que, acima de tudo, o mais importante é que saímos daqui todos convencidos de que nós temos uma Justiça Eleitoral que cumpre o seu mister da melhor maneira possível. E, sempre que necessário, o Ministério Público Eleitoral estará diante desta Casa para contribuir sempre com o debate para o aperfeiçoamento da nossa democracia.

Muito obrigado mais uma vez. E bom dia a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Consulto se alguém mais deseja usar da palavra.

Então, antes de encerrar, o Dr. Leonardo, por favor.

O SR. LEONARDO PACHE DE FARIA CUPELLO (Para exposição de convidado.) – Agradeço a oportunidade, eminente Presidente da sessão Senador Esperidião Amin.

Em nome do Coptrel, o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do nosso País, quero agradecer o convite e a oportunidade de manifestar o nosso posicionamento sobre esse tema, que acredito ser de real importância para que nós possamos nos preparar melhor para as próximas eleições. Tenho certeza de que isso ocorrerá, como sempre ocorreu. O Egrégio Tribunal Superior Eleitoral nos deu sempre condições de fazê-lo da melhor maneira possível. Tenho certeza de que, com ajustes, seja com relação à tecnologia, seja com relação à questão legislativa... Tenho certeza de que esses dois fatores



poderão ser ponderados e nos trazer soluções viáveis na sua aplicabilidade ampla para atender à nossa sociedade, aos nossos cidadãos. É isso que importa.

Nós estaremos aguardando a presença de todos aqui, em Roraima, para atendê-los da melhor maneira possível naquilo que houver necessidade. Estaremos aqui sempre prontos para discutir temas de vital importância para a nossa democracia.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado pela sua presença; aliás, pela presença e pela disponibilidade de todos e de todas.

Quero dizer que aprendi muito nesta reunião. E espero que ela contribua – não é apenas uma expectativa pessoal, mas é uma expectativa institucional –, espero que esta reunião contribua para desfazer qualquer nó que possa rondar ou circunstanciar essa preparação para o pleito de 2022. Com a atuação dos representantes do TSE que aqui estão e que certamente prestarão seu relatório a quem de direito; com a presença do Dr. Leonardo e do Dr. Fernando Carioni, que são dois ilustres representantes dos agentes estaduais, ou seja, dos entes federados; do Dr. Melo Cruz; da Dra. Sandra; do próprio Dr. Zílio; e enaltecendo também a participação do Dr. Zampronha; tenho a expectativa – eu milito na política – de que haja um entendimento de natureza administrativa e política, portanto, no sentido pleno da palavra, para que o TSE nos dê mais um exemplo de correção, presteza, eficiência e confiabilidade, que nos orgulha a todos os brasileiros, para a eleição de 2022.

Um grande abraço a todos. (*Pausa.*)

Ah, Dr. Sandro, pois não.

Concedo a palavra ao Dr. Sandro.

O SR. SANDRO NUNES VIEIRA (Para exposição de convidado.) – Senador, eu gostaria apenas de deixar aqui abertas as portas do TSE para o debate, sempre muito útil para a evolução nas instituições brasileiras, e de agradecer ao Senado Federal, que tem sido uma entidade que tem compreendido as dificuldades e tem também colaborado com críticas. O TSE não participa apenas de reuniões chapa branca, mas participamos de reuniões em que somos criticados e isso faz parte do crescimento da instituição.

Reitero aqui que qualquer alteração legislativa ou qualquer posicionamento do Congresso sempre será cumprido com o maior esmero por parte do TSE. E, em relação à comunicação com os TREs, eu reafirmo aqui, perante o Desembargador Leonardo, Presidente do Coptrel, e Desembargador Fernando Carioni, que estamos sempre dispostos também a conversar com os TREs para que possamos ter o melhor modelo dentro daquilo que é possível, tanto administrativo quanto jurisdicionalmente, para atender à nossa população.

Muito obrigado. Parabéns, Senador, por esta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu reitero, portanto, a minha expectativa de que isso ocorra e possamos produzir melhor resultado.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrada... Opa!

Agora foi só o *tchau* então. (*Risos.*)

Então, declaro encerrada a reunião, agradecendo profundamente a cooperação aqui da equipe técnica, que sustentou o funcionamento do Senado durante esse período mais grave da pandemia – agora nós já estamos em sistema semipresencial.

Agradeço a todos pela dedicação nesta reunião, declarando-a encerrada.

Muito obrigado.

(*Levanta-se a sessão às 12 horas e 13 minutos.*)



Ata da 123ª Sessão, Especial,
em 27 de setembro de 2021

3ª Sessão Legislativa Ordinária de 56ª Legislatura

Presidência do Sr. Randolfe Rodrigues.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 12 minutos e encerra-se às 17 horas e 38 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos, a todas.

Meus cumprimentos, primeiro, aos colegas Senadores aqui presentes: Senador Luiz do Carmo, Senador Acir Gurgacz, Senadora Zenaide Maia, Senadora Rose de Freitas, Senador Izalci Lucas.

Declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta sessão especial remota foi convocada, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota, em atendimento ao Requerimento nº 1.346, de 2021, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues e de outras Sras. Senadoras e outros Srs. Senadores, que foi aprovado pelo Plenário deste Senado Federal.

Esta sessão é destinada a realizar o lançamento da obra inédita no Brasil *Vozes do Brasil: Linguagem Política na Independência (1820/1824)*. Além do mais, esta sessão celebrará, conforme o requerimento que deu luz a esta iniciativa, o 199º aniversário da Independência do País.

Destaco e agradeço a presença de todos, de forma virtual.

Em especial, eu queria cumprimentar a agradecer a presença do Reginaldo Borges, meu conterrâneo do Amapá, historiador, jornalista, aqui presente também conosco.

Eu queria agradecer a presença da Dra. Ilana Trombka, Diretora-Geral do Senado Federal e, para nossa honra, também membro do Conselho Editorial deste Senado Federal.

Queria muito, em especial, agradecer a presença do Sr. Aldrin Moura de Figueiredo, historiador e também membro do Conselho Editorial do Senado Federal.

Da mesma forma, queria agradecer a presença do Sr. Francis Bogossian, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos.

Queria agradecer também à Vice-Presidente do Conselho Editorial, Esther Bemerguy.

Queria destacar e agradecer a presença do Dr. Ildeu Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Queria destacar a presença da Dra. Fernanda Sobral, também da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Permitam-me, muito em especial, destacar aqui a presença da Dra. Nathalia Henrich, fundamental para o dia de hoje chegar, para o lançamento desta obra. Nathalia é Diretora da Biblioteca Oliveira Lima, conhecida como Biblioteca Ibero-Americana, Biblioteca da Universidade Católica da América, localizada em Washington, Estados Unidos.

Nathalia, esta sessão tem um preito de muita gratidão à Universidade Católica de Washington e a você, em especial, porque esta realização aqui seria impossível no Brasil sem a sua cooperação e sem a cooperação de sua instituição.

Por fim, eu vou deixar para falar ao final, porque a eles concederei mais tempo, aos dois historiadores que aqui estão. Um deles não historiador de formação, mas historiador de paixão, permita-me dizer aqui, nosso querido Eduardo Bueno, que muito nos honra em ser membro do Conselho Editorial deste Senado Federal; o outro é também membro desse Conselho Editorial, a historiadora, referência da historiografia brasileira e, junto com a Nathalia, uma das articuladoras para também chegarmos aqui, minha querida Heloisa Maria Starling, que iniciou as primeiras tratativas também com a Universidade de Washington e possibilitou este dia de hoje, o nascimento solene ao mundo desse filho.

Esse filho não é um ente qualquer, meu caro Reginaldo. Nós estamos aqui trazendo para o Brasil... E eu queria, Heloisa e todos, cumprimentar pelo título, porque nós estamos trazendo... Esta sessão solene tem significado de diagnóstico, como se fosse uma espécie de viagem ao tempo. Nós estamos trazendo



vozes que proclamaram a nossa independência.

O nosso País foi resultado de uma espécie de bordado, costurado a muitas mãos. Muitas das peças que bordaram a formação do Estado nacional, a nossa independência, são desprovidas, inclusive, são de pouco conhecimento da historiografia brasileira. Um País como o nosso precisava ter esse documento de volta à sua origem, de volta ao seu seio pátrio. Esse livro, que hoje nós lançamos, é a reunião dos vários panfletos, dos vários manifestos, como dizia Eduardo, na época, dos vários panfletos incendiários, que, entre 1820 e 1824, frequentaram o imaginário do País. Nessas *Voices do Brasil: Linguagem Política na Independência*, nós encontraremos poesias, encontraremos textos incendiários, como os mesmos portugueses diziam na época, panfletos incendiários daquela segunda década do século XIX, que advogavam a necessidade da emancipação nacional.

Desculpem-me se eu for um pouco excessivo em dizer que nós estamos aqui apresentando para o nosso País a nossa certidão de nascimento. Esses documentos faziam parte da biblioteca do nosso querido Oliveira Lima, uma das primeiras referências da nossa historiografia, Embaixador brasileiro em Washington, mas que, desde a morte de Oliveira Lima, foram deixados, foram entregues à Universidade Católica de Washington. E aqui, Nathalia, nós teremos muito que agradecer a você, graças muito à sua intervenção. Quiseram o tempo e o destino possibilitar que uma brasileira estivesse à frente da Biblioteca Oliveira Lima, da Universidade Católica de Washington. Graças muito à sua cooperação, ao empenho de Esther, ao empenho de Heloísa, ao empenho do Conselho, ao papel também que a Ilana cumpriu, mas, muito em especial, eu não vou cansar de agradecer à Nathalia... Nos tempos atuais se fala muito de patriotismo. A Nathalia, lá de Washington, é responsável por uma das mais fortes declarações de patriotismo de fato. Patriotismo é um povo e uma nação se reencontrarem com a sua história. Então, Nathalia, meus agradecimentos – transmita isso, em nome do Senado Federal, ao reitor da Universidade Católica de Washington –, porque os arquivos de Oliveira Lima foram entregues à Universidade de Washington, em 1926, 1927, após a sua morte, e, após cem anos, nós temos esses documentos de volta aqui, para que os brasileiros possam entender como foi esse processo de formação da sua independência. Não foi somente aquele ato que o Eduardo Bueno muito bem descreve, às margens do Ipiranga, com o Príncipe Regente tirando a espada e proclamando. A independência foi um pouco mais que isso; foi pensada e foi sonhada por uma geração de brasileiros. Os documentos que evidenciam isso são lançados hoje pelo Conselho Editorial do Senado Federal.

Eu me atrevo a dizer, minha cara Heloísa, minha cara Nathalia, Dr. Bogossian, Dr. Ildeu, Dra. Fernanda, meu caro Eduardo Bueno, que, a menos de um ano do nosso bicentenário de independência, acho que este é o mais importante evento. Ao passo em que celebro isso, eu lamento isso.

O nosso 199º aniversário da independência, às vésperas do bicentenário, deveria ser celebrado para que nós refletíssemos sobre o País a que chegamos, as conquistas que tivemos, a República, a democracia. O 199º aniversário, que antecede o bicentenário, não deveria servir para pedir o banimento da nossa democracia; não deveria servir para pedir o fechamento das instituições do Estado democrático de direito, Congresso, Supremo Tribunal Federal; não deveria servir para fazer apologia a restaurações autoritárias. O 199º aniversário deveria servir para nós refletirmos e pensarmos que nação somos e qual nação nós queremos daqui a cem anos, quando estivermos no nosso terceiro centenário como Nação independente. O nosso 199º aniversário deveria servir para celebrar, para refletir, mas principalmente para celebrar as conquistas. Este País teve muitos percalços nesses 200 anos de história, mas teve enormes conquistas, teve belíssimas conquistas, que devem ser celebradas, desde a própria independência até a formação da República, passando pela ascensão da legislação trabalhista, nos anos 30, passou por regimes autoritários e restaurou a democracia.

É lamentável alguns e algumas autoridades, no 190º aniversário, tentarem celebrar a véspera do



bicentenário com o retorno a regimes de exceção. O Brasil é muito mais que isso e o Brasil merece muito mais que isso. Eu não tenho dúvida que, hoje, graças ao Conselho Editorial, fazemos a primeira grande celebração do bicentenário, a menos de um ano. Trazemos para cá, para o País, a nossa certidão de nascimento: as vozes, os manifestos que deram luz ao Império do Brasil, ao posterior Estados Unidos do Brasil, à posterior República Federativa do Brasil, a Nação em que estamos, Pátria que, de fato, amamos e que, como o patriotismo, tem formas mais efetivas e concretas de serem demonstradas, como esta, de reflexão em relação a nossa história.

Dito isso e como abertura, eu queria convidar todos aqui presentes, em posição de respeito, para acompanharmos o Hino Nacional brasileiro. Em seguida, passaremos aos membros desta Mesa.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós abrimos com o Hino Nacional, mas, Eduardo Bueno, eu não me esqueci do Hino da Independência, viu? Então, já vou... Sei que é o seu preferido, e é, inclusive, o hino que viu a Nação nascer. Acho que nosso primeiro hino foi esse, cantado pela primeira vez por Pedro I, logo após a proclamação da independência. Eu vou pedir o apoio da Secretaria para localizar o Hino da Independência, o "brava gente brasileira! Longe vá, temor servil", para nós terminarmos esta sessão, obviamente – viu, Eduardo, como eu não me esqueci de você? –, para nós terminarmos esta sessão com a composição de 1822, da independência.

Eu queria, então, iniciar esta sessão solene ouvindo inicialmente o Sr. Francis Bogossian, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos.

Sr. Bogossian, concedo-lhe três minutos. É um prazer ouvi-lo.

O SR. FRANCIS BOGOSSIAN (Para discursar.) – Muito obrigado.

Exmo. Sr. Senador Randolfê Rodrigues, na pessoa de quem saúdo os demais membros da Mesa e demais participantes em nome do Ibep (Instituto Brasileiro de Estudos Políticos), que eu tenho a honra de presidir.

Eu gostaria de começar afirmando ser uma honra participar das manifestações previstas no evento de lançamento do livro *Vozes do Brasil*.

É uma honra, também, para mim, pessoalmente, sentar à cadeira anteriormente ocupada pelo Sr. Ministro Roberto Amaral, que passou a ser nosso Presidente Emérito, e aproveito o ensejo para lembrar que o ex-Senador Roberto Saturnino Braga é nosso Presidente de Honra.

Além de nossa diretoria, nós temos nosso conselho, com participantes ativos, como o Ministro Celso Amorim, entre outros.

O Ibep, fundado em janeiro de 2013, no Rio de Janeiro, é um instrumento de pesquisa, reflexão e formulação voltado para a fundamentação de ação teórica e prática das forças democráticas e progressistas do nosso País, mormente neste momento gravíssimo de nossa história. Neste sentido, fundado na democracia, na participação, no desenvolvimento e no combate às desigualdades sociais, o instituto debate e se posiciona em relação a temas de importância para a sociedade brasileira.

Assim, integrar esse grupo é pensar o futuro do Brasil independente, à luz de um apanhado histórico, para que os eventuais participantes deste evento tenham elementos para discutir o Brasil que queremos para as próximas gerações.

Para finalizar e por essa razão, está prevista, na proposta do Ibep, a análise de três momentos tomados a partir dos indicados que tradicionalmente demarcam a visão do tempo histórico: o passado, o presente e o futuro. Nesse sentido, consideramos a Independência tal como ela ocorreu no passado, como ela tem sido no presente e como podemos pensá-la prospectivamente.

Em um círculo de debate, ousamos enfatizar que gostaríamos de cobrir a independência do passado



– independência ou autonomia? – a independência presente – que independência? – a independência do futuro – como construí-la? Nesse sentido, vamos juntos, com muita honra, nós do instituto, trabalhar para o sucesso dessa celebração do Bicentenário da Independência.

Muito obrigado, Sr. Senador, por ter me dado a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nós que agradecemos e, ao mesmo tempo, agradecemos a participação do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos.

Eu queria, então, ato contínuo, ouvir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ouvir o Sr. Ildeu Moreira.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA (Para discursar.) – Boa tarde, Senador, boa tarde a todos.

Exmo. Sr. Randolfe Rodrigues, é um prazer falar aqui em nome da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), da qual eu sou Presidente de Honra. Temos aqui também presente a Professora Fernanda Sobral, que é Vice-Presidente da SBPC.

Queria, em primeiro lugar, agradecer muito essa possibilidade, parabenizar enormemente o Senador e cumprimentar todos os Senadores presentes, a Comissão do Senado, a colega Heloisa, o Eduardo Bueno, a Nathalia, a Ester, por todo esse trabalho importantíssimo e o lançamento do *Vozes do Brasil*.

É fundamental que essas vozes sejam ouvidas hoje para restaurar, rever toda a construção histórica que o Senador mencionou, dessa construção complexa, difícil, cheia de conquistas e dificuldades do País. É fundamental que as vozes ocultas também, que construíram este País, sejam ouvidas.

Eu queria parabenizar, portanto, essa iniciativa e dizer que a SBPC tem se mobilizado em torno disso. Recentemente, nos dias 6 e 7 de setembro, organizamos a Virada pela Independência, que durou 24 horas, com debates os mais variados, sobre todos os temas, e muitas sociedades científicas também se juntaram a nós nessa participação.

E no ano que vem, Senador, estaremos, no mês de julho, na UnB. A reunião anual da SBPC terá como tema: Ciência, Soberania e Independência Nacional. Vai ser realizada, portanto, em Brasília, e vai ser um momento importante para todos nós discutirmos esses desafios. Entender melhor o passado, a construção do nosso País, entender o presente, as dificuldades que temos, e construir um projeto de País diferente, menos desigual, democrático, muito mais avançado do que nós temos hoje.

Temos toda potencialidade para isso, mas é uma construção coletiva. E eu acho que essas comemorações do Bicentenário da Independência, que se estendem, na realidade, por alguns anos, em particular em outros Estados do Nordeste, no Piauí, no Pará, no Maranhão, na Bahia, em Pernambuco, foi um processo como o que o Senador mencionou.

Então, eu queria agradecer e novamente parabenizar muito a iniciativa do Senado e dizer que algumas ações também... É importante que essas publicações continuem e que cheguem aos nossos jovens, que cheguem às escolas. Que a gente leve o pensamento brasileiro para todos os jovens brasileiros, aquilo que foi acumulado de bom nesses 200 anos, evidentemente discutindo todos os percalços históricos que tivemos. Eu acho que vai ser importante.

A SBPC também está empenhada nisso. Já comentamos, inclusive, com a Comissão, a importância de o Congresso Nacional também organizar exposições lá. É fundamental nós mobilizarmos as Assembleias Legislativas, as Câmaras de Vereadores, os Municípios do País inteiro, as universidades, as instituições de pesquisa, as entidades, as associações diversas que constroem este País. É fundamental que esse bicentenário seja, de fato, um momento importante de reflexão sobre a vida brasileira e de construção de um projeto de País diferente.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr.



Ildeu, eu que agradeço a parceria que a SBPC tem tido com o Senado Federal. Queria agradecer ao senhor e agradecer também à Dra. Fernanda Sobral que, neste evento, representa a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Eu concedo três minutos ao Professor Reginaldo Borges, historiador e jornalista amapaense que temos a honra de ter aqui nesta sessão solene. Em seguida, passarei ao Professor Audrey para aí ouvirmos Eduardo Bueno e a Professora Heloisa Starling.

Reginaldo...

O SR. REGINALDO BORGES (Para discursar.) – Parabéns, Exmo. Sr. Senador Randolfe Rodrigues, pelo resgate não só deste momento importantíssimo da história do Brasil, por essa evocação, essa saída da cápsula do tempo. Que ela seja espaiada para todo o País para que se conheça, na realidade, como foi a independência do Brasil, que não foi só com um grito, foi também recheada de massacres, como aconteceu na Batalha do Jenipapo, no Piauí, em 1823, na independência do Maranhão.

Esses brasileiros foram esquecidos e realmente lutaram como, por exemplo, na independência do Pará, que aconteceu pouco depois da independência do Maranhão. O Amapá pertencia ao Pará à época. Não se pode esquecer nunca de que não foi, por exemplo, através de lutas, mas de massacres, como aconteceu com o Brigue Palhaço, pelo John Grenfell, aquele mercenário contratado por D. Pedro I, que calou as vozes dos portugueses, mas massacraram mais de 250 brasileiros nativos daquela região.

Que essa linda obra, essa belíssima obra, importantíssima obra, seja socializada em todas as universidades, em todas as escolas, e que o brasileiro possa conhecer mais ainda que a independência do Brasil não foi uma independência sobre um rio plácido, sobre um rio, mas que, por exemplo, aqui, na nossa região dos amazônidas, a história deixou de registrar momentos duríssimos do que aconteceu pelo embate da independência do Brasil nessa região, que tinha uma ligação muito forte com Portugal, e a elite portuguesa sempre comandou com mão de ferro Estados como Pará, Amapá, Maranhão, Piauí.

Parabéns pela iniciativa! O Senado Federal resgatando a história.

Para finalizar, eu me lembro muito bem do período em que aconteceu o Sesquicentenário da Independência, em 1972. Falou-se apenas da volta dos restos mortais de D. Pedro I, mas não como aconteceu esse processo de independência em 1822. Foi loa, foi uma alusão a um herói que os brasileiros até hoje não conhecem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Reginaldo.

Eu não estou conseguindo localizar aqui a Nathalia.

Nathalia está *online* aqui conosco? (*Pausa.*)

Perfeitamente, Nathalia.

Antes de nós ouvirmos nossos dois expositores, que concluirão, o Eduardo e a Professora Heloisa Starling, eu queria passar para a Dra. Nathalia Henrich.

Mais uma vez, permitam-me aqui apresentar a Dra. Nathalia. Ela é Diretora da Biblioteca Oliveira Lima, conhecida também como Biblioteca Ibero-Americana. É a biblioteca da Universidade Católica da América em Washington, Estados Unidos.

Eu queria, Nathalia, em nome do Senado Federal – permita-me dizer: em nome do povo brasileiro –, agradecer a cooperação dessa ilustre compatriota conosco. Os arquivos que hoje são lançados estão em posse, os originais, da Biblioteca Oliveira Lima. Foi um dos últimos desejos de Oliveira Lima entregá-los à Biblioteca Ibero-Americana da Universidade Católica de Washington, a biblioteca que você dirige, e, de prontidão, você se dispôs, desde o ano passado, a partir de uma cooperação firmada entre o Conselho Editorial e a Biblioteca Oliveira Lima, a Biblioteca Ibero-Americana, a fornecer a microfilmagem desses



documentos que hoje estão acessíveis a todos os brasileiros. Se muito se fala em patriotismo, essa compatriota distante, da Universidade Católica da América, foi responsável por um dos mais eminentes e recentes atos de patriotismos.

Então, eu queria cumprimentá-la e agradecer-lhe, em nome do Senado Federal e em nome do povo brasileiro, Nathalia.

Concedo-lhe a palavra. Fique à vontade.

A SRA. NATHALIA HENRICH (Para discursar.) – Senador Randolfe, muito obrigada pelas palavras tão amáveis, ainda mais de uma compatriota que está saudosa e longe do Brasil! Mas espero que isso se resolva muito em breve.

Queria aproveitar para dar uma boa tarde aos membros da Mesa, Senadores e Senadoras presentes, aos membros da Comissão Curadora das Celebrações do Bicentenário da Independência e aos membros do Conselho Editorial do Senado Federal, a quem eu aproveito para agradecer imensamente pela parceria estabelecida para o desenvolvimento desse projeto que hoje culmina, felizmente, com o lançamento da obra *Vozes do Brasil: Linguagem Política na Independência*.

Eu me permito cumprimentar a todos e todas que nos assistem, mas também estender minhas sinceras condolências às famílias dos hoje quase 600 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida durante a pandemia de covid-19 e que não podem estar conosco neste momento.

De fato, eu refleti bastante sobre as melhores palavras para esta ocasião, que é, sem dúvida, de alegria pela concretização desse projeto tão importante, como já destacado pelo Senador Randolfe, mas que, no entanto, se dá em meio a tanto sofrimento no Brasil. Vivendo uma tragédia humanitária em que há crises políticas e crises institucionais tamanhas, pareceria até que falar do passado é um exercício vão, fútil, quando o presente é urgente e o futuro é permeado pela incerteza. Mas eu creio que o conhecimento, em especial o conhecimento histórico, que vem sendo tão maltratado no debate público, nunca foi tão importante como neste exato momento em que nós lutamos contra a epidemia ainda do covid-19, é importante lembrar, mas, ao mesmo tempo, travamos uma batalha contra a epidemia de desinformação que tantos danos tem gerado em nosso País.

É assim, com enorme alegria e com enorme orgulho também, que eu participo desta sessão de lançamento da obra *Vozes do Brasil*, acreditando que as diversas instituições envolvidas estão cumprindo com seu papel cívico de promover o conhecimento, acercar o público brasileiro não apenas de documentos que são fonte para a nossa história mas da pesquisa séria, rigorosa que acompanha. Nós concretizamos assim o desejo do nosso fundador, o historiador e diplomata Manuel de Oliveira Lima, quando decidiu doar sua biblioteca à Universidade Católica da América, aqui em Washington, e criar um espaço de difusão do conhecimento sobre a história e sobre a cultura do Brasil nos Estados Unidos, que irradiaria de volta para o Brasil e também iluminaria o mundo.

As autoras dessa obra que agora apresentamos, as Professoras Heloísa Starling e Marcela Telles de Lima, realizaram uma seleção criteriosa desses documentos, entre tantos outros que fazem parte do nosso acervo aqui no Oliveira Lima Library, com um objetivo em mente – e eu me permito citá-las textualmente, num texto ainda na proposta editorial, que me fez me apaixonar ainda mais pelo trabalho dessas duas talentosas historiadoras. Elas disseram que o sentimento que permeava a obra era o de ouvir as vozes dos brasileiros que lutaram pela liberdade no País. As vozes foram muitas e foram variadas, expressaram um projeto de País, ideias sobre Governo e política, assim como conceitos muito mais difusos como soberania, igualdade, liberdade e representação, e a preocupação em trazer essas vozes que permaneceram tanto tempo caladas, já que esses textos até hoje não haviam sido republicados para o grande público, e eles voltam ao Brasil.

Esse livro vai servir não apenas aos especialistas que não podem vir até Washington pessoalmente



nos visitar e consultar a coleção mas também aos professores, aos estudantes, ao público em geral, àqueles interessados em conhecimento, na produção do conhecimento para a formação do espírito crítico dos cidadãos e cidadãs do Brasil, que poderão aprender com seus concidadãos do passado e assim construir um futuro melhor que seja cada vez mais inclusivo e democrático.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Dra. Nathalia. Cumprimentos e palmas de todos nós.

Peço desculpas pela campanha automática que acabou sendo acionada. A senhora, inclusive como responsável pela vinda desses documentos para cá, obviamente teria todo o tempo livre para a exposição. Peço desculpas por esse deslize nosso, do cerimonial do evento, mas palavras são poucas para agradecer toda a sua dedicação e esse ato, repito, de patriotismo: ter articulado e fornecido a vinda dos manifestos, da nossa certidão de nascimento, das vozes do nosso País de volta à sua Pátria, que está saudosa de você. Os mesmos desejos, as mesmas impressões que você tem daqui são as nossas. E eu acho que é isso que nos une para nós superarmos os momentos difíceis. Este País já provou que pode vencer momentos difíceis. E eu estou muito convencido de que ele superará este também.

Mais uma vez, Dra. Nathalia, os nossos agradecimentos à Universidade Católica de Washington, os nossos agradecimentos à Biblioteca Oliveira Lima, os nossos agradecimentos à biblioteca dirigida por V. Sa. Eu acho que, com o gesto seu à frente da biblioteca, nós realizamos um dos desejos de Oliveira Lima, que era ter também o que ele organizou de volta, sendo publicado em sua Pátria. Mais uma vez, os nossos sinceros agradecimentos, Dra. Nathalia, à senhora, da Universidade Católica de Washington.

Eu queria agora ouvir, com a liberdade de tempo para a exposição, os nossos caríssimos dois membros do conselho editorial, Eduardo Bueno, jornalista, e que tanto conta. E, para encerrar esta sessão solene, a Professora Heloisa Maria Starling, também fundamental; é quem faz a introdução dessa obra e uma das articuladoras para esta produção.

Eduardo, a palavra é sua.

O SR. EDUARDO BUENO (Para discursar.) – Realmente, é um prazer. De fato, é uma honra estar presente a esta sessão. Estou emocionado. Eu queria agradecer a todos os membros da Mesa, em especial à Professora Nathalia, por ter aberto a biblioteca, e às Professoras Marcela e Heloisa, que se tornam uma starling a estar brilhando na TV, esclarecendo, inclusive, questões relativas ao hino que você citou, meu caro Senador Randolfe, o Hino da Independência, que o Dom Pedro, de fato, tocou, logo na noite em que proclamou a independência, e depois a Professora Heloisa pode até falar mais sobre isso. *(Falha no áudio.)*

Eu agradeço essa liberdade de tempo... *(Falha no áudio.)*... por passar de três horas e meia, porque, dentre as minhas inúmeras qualidades, o poder de síntese é uma das maiores, e ao Senador Randolfe, e dizer que a minha quarta via, a minha toda via, e salientar tão sombria é uma CPI que está no Brasil no mesmo momento, e, mesmo assim, encontra espaço e tempo para esse lançamento.

E o lançamento desses papeletes, como foram chamados, começa a evitar que façamos um papelão, não é? Esses panfletos, que eram, na época, chamados de papeizinhos ou de papeletas, eles ressoam vozes polifônicas e polifórmicas, que mostram que o Brasil sempre quis falar, o povo brasileiro, as pessoas ligadas à história, as pessoas que fazem história e que são agentes históricos.

Nesse sentido, num país que sempre negou cidadania, num país de tanta desigualdade, mesmo assim as pessoas tentaram falar, e o fato de elas não terem sido ouvidas não significa que não tenham se expressado. Algumas delas se expressaram por escrito, por meio desses panfletos, que mostram que, mesmo antes do advento de redes sociais, de Instagram, de WhatsApp e de Facebook, as pessoas queriam manifestar as suas opiniões, mesmo elas sendo eventualmente antagônicas, contrárias e, às vezes, até



ofensivas. Quem estuda não apenas esses panfletos, mas também como se comportou a imprensa, tão fundamental no processo de Proclamação da Independência do Brasil, sabe que houve ofensas, sabe que houve confrontos, sabe que houve, inclusive, palavras de baixo calão, porém raras vezes houve *fake news*, raras vezes as pessoas tentaram espalhar notícias falsas, raras vezes houve o que se pode chamar de um gabinete do ódio. Então, essas vozes são polifórmicas e polissônicas, mas, ao mesmo tempo, elas têm – todas elas – um teor de verdade, de veracidade, de luta pela construção de um país que, mesmo assim, 200 anos depois, ainda aposta na desigualdade, ainda tem esses desvãos sociais gigantescos. E é obrigação de todos nós intelectuais, todos nós ligados ao culto da história lutarmos pela diminuição disso.

No entanto, o que vemos no momento do nosso 199º aniversário? Como foi e como passará para a história o nosso Sete de Setembro de 2021? Com uma imensa nuvem sombria e perturbadora, mas que eu acredito que há de ser varrida, porque, se a gente parar para pensar no sesquicentenário da Independência, mencionado aqui pelo colega – desculpa, esqueci o nome do seu colega do Amapá...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reginaldo.

O SR. EDUARDO BUENO – Exato.

E, neste momento do sesquicentenário, momento em que eu tinha 12 anos de idade, no colégio éramos obrigados a cantar: "Sesquicentenário da Independência. Potência de amor e paz. Esse [...] País faz coisas que ninguém imagina que faz", que era uma frase que, na verdade, podia ter uma dupla leitura. Este país faz coisas que ninguém imagina que faz, porque se torturava e se matava nos porões da ditadura. E mesmo o regime militar, no seu período mais sombrio, ainda assim, foi capaz de comemorar. E o que quer dizer comemorar? Não quer dizer só celebrar; quer dizer lembrar coletivamente. E mesmo com os senãos que se possam fazer àquela celebração feita no auge, no período mais sombrio do Governo Médici, o filme *Independência ou Morte*, com Tarcísio, recentemente falecido, foi um filme que comoveu massas, que levou à reflexão, que fez as pessoas se envolverem com essa figura obviamente dúbia: não só o defensor perpétuo do Brasil, mas também o mesmo homem que invadiu e destituiu a Assembleia Constituinte e que, em vez de promulgar, outorgou a nossa primeira Constituição. Parece que o Brasil independente já nasce sob o signo do arbítrio. A nossa primeira Constituinte, a nossa primeira Constituição não foi outorgada, foi promulgada. Mas, mesmo assim, D. Pedro, essa figura meio bipolar, é uma figura que desperta fascínio e que tem que ser estudada e vista e quase que cultuada. Nesse caso, em 1972, além de os restos mortais dele terem sido trazidos para o Brasil e feito uma turnê pelo Brasil inteiro. Aquilo despertou interesse, aquilo despertou a discussão. Ainda houve o filme... (*Falha no áudio*)...

que, evidentemente, não há de ter sido manipulada, porque acabou, no jogo entre Brasil e Portugal, com a vitória do Brasil aos 44 minutos do segundo tempo.

Mesmo assim, mesmo naquele período sombrio, mais de... (*Falha no áudio*.)

Então, se eu fiz a piada de os papeletes estão evitando o papelão, é porque, mesmo com o fato de termos tido esta pandemia, que atrasou as programações, mesmo assim, ainda fizemos muito pouco, todos nós, mesmo esta Comissão.

Então, este primeiro momento é de uma importância enorme.

Agradeço, imensamente, novamente, à Professora Nathalia, à Professora Marcela e à Professora Heloisa, por terem publicado este livro, que tem este nome de fato extraordinário: *Vozes do Brasil*, que precisam ser ouvidas.

Eu saúdo esse pronunciamento, saúdo a volta da Comissão e queria aproveitar para dizer que a Comissão da Câmara, de que eu também faço parte, acaba de lançar dois livros, ambos com organização do José Theodoro Menck, *Primeiras Eleições Gerais no Brasil* e *O Constitucionalismo e o Fim do Absolutismo Régio*. Trata-se de dois livros lançados recentemente, há cerca de 10 dias, creio eu, que mostram que a



Câmara também tem a sua Comissão, que a Câmara também está envolvida neste propósito.

Sugiro, inclusive, que haja uma troca de ideias maiores entre a Comissão do Senado e a Comissão da Câmara. Estamos todos juntos nisso.

E acho que a nossa responsabilidade é não apenas fazer, como falou o representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com que as Câmaras de Vereadores e as Câmaras de Deputados dos Estados se unam a nós, mas também fazer com que esta nossa mensagem chegue às escolas, aos colégios, porque sabemos que, entre as ações nefastas, nocivas do atual, sombrio e obscuro Governo que vivemos, ainda há a educação, com esse Ministro capaz dessas frases todas que disse, com essa Secretaria de Cultura na mão desse Secretário que é um Secretário, infelizmente não posso usar a expressão "contracultura", porque contracultura é de onde eu vim. Sempre fui ligado ao movimento *hippie*, ao movimento *beat*, ao movimento contracultural. Então, contracultura, para mim, é elogio. Este aí é contra a cultura, o Secretário de Cultura.

Então, cabe a nós.

Agora, só para encerrar, este Governo, na verdade, é um Governo, em muitos aspectos, legítimo. Foi eleito por 56 milhões de pessoas. Cinquenta e seis milhões de pessoas referendaram esse projeto. Felizmente, boa parte delas já se arrependeu.

Mas, nesse sentido, a gente tem de deixar claro que uma celebração de uma independência desse tamanho não é feita só pelo Governo, não só pelo Governo Federal, pelo Executivo, pelo Legislativo, pelo Judiciário. É feita por nós da sociedade civil, por nós! Nós somos agentes históricos. Nós temos que exercer a nossa cidadania e nós, nós, que temos essa responsabilidade. Já que estamos nesta Comissão, nós temos a obrigação de fazer com que isso chegue aos alunos e chegue com uma história libertária, uma história envolvente, uma história que apaixone e uma história que leve à reflexão, porque o único jeito de construir um país menos injusto do que este é com o conhecimento.

Eu queria encerrar com dois temas, com duas polêmicas. Uma, com um pouco de picardia. É preciso deixar claro que, se essa Biblioteca do Oliveira Lima está nos Estados Unidos e, como creio eu também, se a Biblioteca do José Honório Rodrigues, que também foi importantíssimo nos seus estudos sobre a Independência do Brasil, também está nos Estados Unidos, a gente deve lembrar que o lugar onde Dom Pedro I passou a sua infância, o lugar onde Dom Pedro II nasceu, o lugar onde Dom Pedro teve a sua lua de mel com a Princesa Leopoldina, o lugar de onde Dom Pedro II foi depois mandado para o exílio no Brasil, que é a Quinta da Boa Vista, depois do Museu Nacional, incendiou, queimou-se, ardeu em chamas.

Ardeu a memória brasileira. E, se a Biblioteca Oliveira Lima, por exemplo, estivesse lá, e não em Washington, ela teria ardido em chamas. Eu sei que é uma provocação, mas é verdade, isso aconteceu, e pesa, o seu próprio patrimônio cultural. E aí então tem um lado que a gente tem que saudar, o fato de ela estar lá, nos Estados Unidos, onde me parece, inclusive, mais segura.

A outra provocação que eu lanço é que a gente não pode esquecer que o Brasil foi um dos únicos países do mundo a proclamar a sua independência e não abolir a escravidão, ou pelo menos comparado com os nossos vizinhos platinos, e não só platinos, as ex-colônias espanholas, porque, todas elas, ao declararem a independência, imediatamente se tornaram república, tudo bem, daí é um outro tipo de opção, e, imediatamente, aboliram a escravidão.

E o Brasil canta, e celebrou a sua liberdade em 1822, sendo que ainda viviam no País sei lá quantos milhões de escravos, mais de um milhão de escravos, com certeza, talvez três milhões de escravos, num momento em que se celebrava a independência. Então sempre foi uma independência parcial, nunca foi uma independência plena, já começa com o arbítrio que se tem e também com o endividamento que vem quando o Brasil é obrigado a assumir a dívida externa de Portugal.

São assuntos que não servem para depreciar o Brasil, pelo contrário, mas para entendermos que



País é esse, que ainda é uma nação em construção e que a obrigação de construí-la é nossa. E, se este momento é um momento sombrio de Governo, do Executivo, é porque esse Executivo foi posto lá, por livre e espontânea vontade, quer dizer, tem menos ainda o direito de conspurcar a democracia, como vem tentando conspurcar, *pero no pasarán*.

Então é isso que tenho a dizer.

Muito obrigado. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – *No pasarán*, Eduardo querido. Muitíssimo obrigado! Honra-nos muito ter a sua companhia aqui, no Conselho Editorial do Senado. Não fica muito aí, a gente tem ciúme, não fica muito aí com a Comissão do Bicentenário da Câmara, não, que a gente é enciumado aqui pelo Senado, entendeu? Nós precisamos de suas contribuições aqui.

Nós ficamos enciumados quando você fica aí "cortejando o alambrado", como dizia o velho caudilho gaúcho – não é? –, "cortejando o alambrado".

Abre aí para o Eduardo.

O Eduardo fala...

O SR. EDUARDO BUENO – É que eu sempre fui poligâmico, meu caro Senador, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A gente está em cadeia... Assim, nós estamos sendo transmitidos ao vivo, viu?

Este é o Eduardo.

O SR. EDUARDO BUENO – Sim, mas eu assumo a minha poligamia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado Eduardo, muitíssimo obrigado.

O SR. EDUARDO BUENO – Obrigado a você.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, ao contrário, nós somos ciumentos aqui, reiteramos isso. Todos os membros deste Conselho Editorial. Não fique muito "cortejando o alambrado", não, que há muito serviço aqui na celebração do nosso Bicentenário, aqui pelo Conselho Editorial do Senado.

E, para concluir, uma das responsáveis, junto com a Professora Marcela, por nós termos chegado aqui — não é Nathalia? Uma das responsáveis por termos chegado aqui, articuladora, ela que faz a introdução, ela sempre advogou a necessidade de trazermos para o Brasil... Eu vou utilizar, condene-me, minha professora Heloisa, mas vou utilizar o termo nossa certidão de nascimento, trazendo nossa certidão de nascimento para o Território nacional, que está sendo apresentada hoje aos brasileiros.

E, Heloisa, nós vamos sair lançando-a. Meu tempo está um pouco apurado, mas vamos arranjar tempo e vamos sair lançando essa certidão de nascimento pelo Brasil. Vamos aí na sua UFMG. Estou devendo ao Rio Grande, ao glorioso Rio Grande de Eduardo, que também está presente. Vamos sair, Professor Ildeu, apresentando pelo Brasil a sua certidão de nascimento lançada hoje pelo Conselho Editorial.

Professora Heloisa, para a senhora concluir esta sessão solene.

A SRA. HELOISA MARIA MURGEL STARLING (Para discursar.) – Uma grande honra, Senador.

Se eu falar bobagem aí, vocês me corrijam, porque eu fico meio emocionada, primeiro, de estar falando no Senado, segundo, diante do livro *Vozes do Brasil*, ao lado de um Senador que tem uma compreensão da República e da democracia de tal intensidade que, como bem disse o Eduardo, atua na Comissão, na CPI, e não se esquece do nosso passado. Quando ele pensa no futuro, não se esquece do



passado e da importância do passado para a gente pensar no nosso País. Então, Senador, é uma honra muito grande estar ao lado do senhor, estar nesta sessão.

E eu queria, como o senhor, Senador, cumprimentar na sua pessoa todos os integrantes da Mesa, porque o senhor é um Senador da República, mas o senhor também é um historiador. Então, Senador e historiador, é uma honra muito grande participar deste comitê e estar ao lado do senhor neste projeto.

E eu queria agradecer, Senador, muito à Nathalia. Realmente, a Nathalia foi tudo que o senhor disse e mais. Nós precisamos pensar depois – nós dois – como é que vamos fazer para constranger a Nathalia com a importância que ela tem para este projeto e para o desenvolvimento deste projeto, Nathalia, tornando público todos os panfletos que você organizou e que têm nos ajudado, sobre o Primeiro Reinado, a Regência. Então, nós temos aí uma história grande pela frente. Eu preciso agradecê-la muito.

Eu preciso também agradecer muito, Senador – porque eu atormento muito, não sei se o senhor sabe –, à Ilana, à Esther e ao Cristiano. E eles são essenciais, foram essenciais para que a gente fizesse este trabalho.

E agradeço também às minhas duas parceiras aqui em Minas: a Valquiria Ferreira da Silva, que fez um trabalho extraordinário de contextualização, e a minha parceira, eu sou coorganizadora, que é a Marcela Elian.

A essas pessoas eu precisava agradecer.

Eu não sei o que o senhor acha como historiador, mas eu queria dizer o seguinte: como é que nós estamos pensando a importância deste trabalho. Os anos da Independência são anos de muita crise e de muita movimentação política, mas são anos complexos, são anos cheios de contradição. A nossa Comissão está tentando buscar exatamente isso. Ela está preocupada em pensar o seguinte: "Visto do Rio de Janeiro, a Independência concebeu a ideia no Império e entendeu nessa concepção um meio muito eficaz para manter a unidade territorial da colônia, da antiga colônia, concentrar poder para garantir a ordem social e preservar a escravidão". Ela criou a matriz da configuração do Estado brasileiro, mas não foi o nosso único projeto de independência. E talvez a riqueza do que nós estamos discutindo e tentando contar aos brasileiros – e *Vozes do Brasil* é uma tentativa disso – é mostrar que, não, o Ipiranga e o Rio de Janeiro não foram o nosso único projeto de independência.

Em 1817, Pernambuco abre um ciclo revolucionário, sustenta um programa de independência que é libertário, radical, federalista, republicano e voltado para a garantia do alto Governo provincial. Repare, Senador, em março de 1817, a República é proclamada no Brasil, no Recife.

No dia 9 de maio, ela é instalada na cidade do Crato, no Ceará. À frente da Proclamação da República no Crato, há uma mulher, que é Bárbara de Alencar, talvez uma das mulheres mais interessantes da Independência do Brasil. Nós temos que pensar nessas mulheres, temos mulheres muito interessantes e precisamos contar a história dessas mulheres para os brasileiros.

O ciclo revolucionário da nossa Independência se estende até 1824, quando Pernambuco conjura nova revolução, a Confederação do Equador, reimplanta a República e convida os vizinhos do Norte para aderir: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Paraíba. É a nossa outra Independência, como diz o nosso grande historiador Evaldo Cabral de Mello, mas a história não termina aí.

No sul do Brasil, a Banda Oriental enfrenta uma conjuntura de guerra antes de ser incorporada ao Reino do Brasil, tornando-se a província Cisplatina. E eu preciso estudar mais, Senador, mas há ideia republicana rolando ali num projeto republicano que eu preciso estudar, mas nós vamos achar.

Na Bahia, a guerra contra as tropas portuguesas dominou o cenário da nossa Independência e se estendeu durante um ano, até 1823.

No Piauí, como lembrou o Senador, aconteceu uma das batalhas mais sangrentas da Independência: 200 brasileiros são mortos a tiros de canhão no leito seco do Rio Jenipapo. Nós não conhecemos essa



história, não é?

O Grão-Pará e o Maranhão, por sua vez, têm um terceiro projeto de independência. Eles querem aderir à Corte de Lisboa. Eles querem permanecer na condição de reino unido a Portugal e Algarves.

Numa conjuntura como essa, em que o futuro está em construção – são muitos futuros –, não existe Brasil e nós temos que dar um salto no escuro, o que está acontecendo? Um grande debate público começa a acontecer. É um debate carregado de polêmica, que se espalha por toda a parte. As pessoas comuns se obrigam a parar para pensar sobre isso tudo que nós estamos conversando aqui, ainda que elas não tivessem voz alguma na condição do Governo, e elas se põem a conversar umas com as outras, cheias de indignação e de veemência. A palavra falada, escrita, impressa, rabiscada e declamada... Essa polêmica fez uso de um meio de escrita barata, muito fácil de circular e de feitura acessível a qualquer pessoa, que são os panfletos.

Os panfletos mostram que, na efervescência daqueles anos, são acessíveis a todos. Você escreve um panfleto e pode surpreender. Veja se estou falando bobagem, Nathalia, mas olhe só o que eu fiquei pensando: você pode surpreender a cidade inteira numa única manhã. Você vai lá, prega o panfleto com cera de abelha na parede e na porta de uma residência, nos lugares de maior circulação de pessoas, mas os panfletos também podem ser distribuídos de mão em mão. E, numa sociedade como a brasileira em que largas parcelas da população eram pouco instruídas ou nem mesmo letradas, os panfletos davam a volta aos obstáculos e baixavam os grandes temas da conjuntura ao nível das ruas. Eles eram lidos em voz alta também na porta das igrejas, nas lojas, nas tabernas, nas casas de alcouce, que são os prostíbulos, nas reuniões públicas, nas praças... Olhem que legal: um grande debate sobre as visões e os projetos de Brasil.

Esse livro que nós estamos apresentando traz 20 panfletos políticos que foram publicados entre 1821 e 1824, e o foco temático dele é o momento brasileiro. Nós temos panfletos impressos no Brasil, impressos em Portugal, que abordam temas e eventos que estão animando o debate público no Rio de Janeiro, em Pernambuco, na Bahia, no Maranhão e no Grão-Pará.

Não sei o que você sente, Nathalia, não sei o que o senhor sente, Senador, mas pense, gente: vamos imaginar que ninguém está nos ouvindo, vamos imaginar aqui que a gente está escutando o som dessas vozes que estão há cem anos em silêncio aqui, no Brasil, e que elas podem ser ouvidas a partir de hoje. E, apesar de esse som estar só na nossa imaginação, permite compreender algo dos motivos daqueles brasileiros e entender melhor como foi vivida a intensidade pública daqueles anos por nós. Como lembrou o Eduardo, comemorar significa lembrar junto.

Os panfletos desse livro narram o difícil percurso de uma ideia tentando buscar-se realidade, tornar-se realidade, uma ideia de país que quer se tornar realidade lá no nosso no distante século XIX. Talvez, então, Eduardo, as lembranças dessa história ainda tenham algo a dizer aos nossos assuntos contemporâneos, e, por isso, precisamos comemorar, porque em 2021 o Brasil vive um tempo sombrio, existe o risco real para democracia no nosso País.

Eu imagino que isso, Senador, que o senhor está fazendo com auxílio do comitê, da Nathalia e do Senado.... O que o senhor está fazendo? O senhor está convocando a força da história, que é aquilo que confere permanência às ações do homem, para mostrar aos brasileiros onde estão fincadas algumas das nossas raízes, das ideias de liberdade, soberania e República. Eu agradeço ao senhor por convocar a força da história. Eu creio que essa comemoração que convoca a história e nos faz lembrar juntos pode nos dizer muito, Senador, sobre o brasileiro que um dia nós já fomos, mas também sobre o brasileiro que nós poderíamos ser.

Quem sabe essa convocação que o senhor faz ao Brasil a partir de hoje também nos ajude a pensar sobre o brasileiro que nós queremos ser, porque, Senador, a história não está escrita nas estrelas, e nós



temos algum tempo para fazer nossas escolhas. Então, nós podemos imaginar, ainda, juntos, qual é o brasileiro que nós queremos ser a partir da convocação que o senhor nos faz. Muito obrigada por ela, Senador. É uma honra trabalhar ao lado do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Professora Heloisa, a honra é nossa de tê-la nesse Conselho Editorial.

A senhora fez uma boa alusão. Eu acho, querida Heloisa, querido Eduardo, que nunca foi tão necessária a convocação da força da história como está sendo agora. Eu acho, Professor Ildeu, que, ao passo em que nós vivemos um momento de crise, de ofensiva contra a ciência, de ofensiva contra o saber, de ofensiva contra nossa história, de ofensiva contra as instituições do Estado de direito, ao passo em que vivemos isso, talvez esta seja, paradoxalmente, a melhor forma de nós refletirmos sobre nossa Independência e sobre o País a que queremos chegar.

Este ato de hoje é um ato do Brasil que pode ser, é um ato do Brasil que pretendemos alcançar. Este ato de hoje... Permitam-me dizer que, se há um ato de patriotismo em alusão ao 199º aniversário, Professora Heloisa, feito por você, pelo Marcelo e pela Nathalia, essa compatriota tão distante e tão brasileira, é este daqui: a produção desta obra. Se há um ato de patriotismo, é o que foi dito aqui por você, pelo Eduardo, é o que é feito no dia a dia pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, pelo Professor Ildeu e pela Professora Fernanda. Se há um ato de patriotismo, são as opções que brasileiros estão fazendo neste momento em defesa dos nossos valores democráticos, em defesa da vida. Esses são, real e concretamente, atos de patriotismo.

Eu queria também, Heloisa, de igual forma, agradecer à Ilana, aos meus companheiros do Conselho Editorial Esther e Cristiano pelo esforço para termos conseguido produzir esta obra aqui, que teve o pontapé inicial da disposição de Nathalia, mas teve também o esforço aqui dos membros do Senado Federal e a sua determinação, Heloisa, para chegarmos até a produção desta obra, para chegamos até aqui.

Este ato solene de hoje, esta sessão solene apresenta *Vozes do Brasil*, mas essas vozes têm que ser ecoadas. É nossa determinação fazer circular este lançamento por outros cantos do País, assim como é determinação do Conselho Editorial, a muito custo – repito: a muito custo... Enquanto alguns acham que celebrar a Independência é romper a ordem democrática, nós insistiremos que celebrar a Independência é resgatar a história que nos forjou como nação. Como você disse, é uma convocação de nós todos à história, para sabermos o País que queremos construir.

O lançamento de *Vozes do Brasil* é o primeiro de alguns atos que faremos, de alguns vários atos que faremos, de celebração desse bicentenário.

Temos ações de cooperação com a Universidade de Coimbra, com o jornal *Folha de S.Paulo*. Há a ideia do lançamento da produção jornalística de Oliveira Lima. Há a ideia, em parceria com a *Folha de S.Paulo*, de 200 anos, 200 livros, que identifica a nossa formação enquanto sociedade, enquanto povo, enquanto Estado nacional.

Estamos com um projeto de cooperação com os Institutos Históricos e Geográficos de Pernambuco, de Minas, do Distrito Federal, com a Escola Superior do Ministério Público, cooperação com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e com a Academia Brasileira de Letras.

Enfim, ao passo, caríssimo Eduardo, que o Executivo não celebra esses 200 anos, nós insistiremos em cumprir nosso papel nessa convocação da história que a Heloísa aqui frisou: fazermos a celebração. Fazermos a celebração, e tão importante, Natália, quanto a celebração é a reflexão.

Este País é um País fantástico, de um povo formidável. Como dizia o Darcy Ribeiro, que aqui também é convocada a sua lembrança, a maior das realizações deste Território foi o seu povo, misturado, branco, negro, indígena, plural. Este é um País que se forjou como a quarta geografia do Planeta, apesar das adversidades. Este é um País que tem uma formação e um fermento cultural sem parâmetros no



universo das nações. Como diz, Eduardo, na letra do Hino da Independência, o caldeirão cultural que nos forjou não tem igual no universo entre as nações.

Este é um País que tem a riqueza fantástica da Floresta Amazônica, que eu e Reginaldo de lá provimos, tem a beleza também cultural e a beleza das praias nordestinas, tem a produção agrícola, que nos torna *sui generis* entre as nações do Planeta, tem a diversidade, inclusive europeia, que forjou os Pampas de Eduardo e o Sul deste País, tem a riqueza industrial que temos em São Paulo, em Minas Gerais. Enfim, é um Brasil de vários brasis.

Um País como este, com um povo acolhedor como este, eu sempre digo que está fadado a dar certo, está fadado ao sucesso. Esse País não é o País que nós assistimos hoje. Não é e não será. Este País está determinado a ser uma democracia. Este País está determinado a ser uma nação que superará, e eu acho que esse é o desafio dos cem anos que virão, que nós celebraremos em 2122. Olha, fará tempo. Dos cem anos que virão, construir um País de igualdade, superar as gravíssimas desigualdades sociais e econômicas que nós temos.

Esse ideal de país é presente em nós, e é por isso que nós temos que refletir sobre os 200 anos que chegaram até aqui, porque esse ideal de país será realizado. Como diz a música de Chico – não é, Eduardo? –, "Esta pátria ainda vai cumprir seu ideal" e vai ser muito maior que qualquer Portugal, para fazer a paronímia com a música belíssima de Chico Buarque. Será muito maior, com todo o respeito aos irmãos portugueses.

Nathalia, mais uma vez o meu muito obrigado a você e à Universidade Católica de Washington.

Reginaldo, por favor.

O SR. REGINALDO BORGES (Para discursar.) – Queria uma...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. REGINALDO BORGES – ... uma participação de um minuto. Eu me preocupei muito com o tempo, para cumprir (*Falha no áudio.*) de 35, mas, desde o início, com a independência do Haiti, aqui no Brasil, os ex-escravos, os africanos, não ficaram pacíficos ou passivos diante do processo de independência. Eles ajudaram na consolidação da independência, mas também lideraram várias revoltas que sacudiram o Brasil, e essas revoltas precisam ser mais debatidas e mais discutidas, para que haja uma certa igualdade em relação aos que participaram da independência do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Reginaldo.

Então, para concluir, eu queria agradecer, do fundo do coração, a todos. Mais uma vez, Nathalia, eu faço minhas as palavras da Heloisa: a gente tem que ver o que temos que fazer para constrangê-la, no melhor sentido da expressão. Nós temos que constrangê-la ao máximo, porque é pouco o que nós fizemos até agora para agradecer esse ato de patriotismo seu. Então, permita-me dizer que eu e Heloisa ainda iremos conspirar muito para fazermos várias formas de constrangimento a você. E, mais uma vez, o nosso agradecimento à Universidade Católica de Washington.

Então, querido Eduardo, Professor Francis, Dra. Fernanda, Dr. Ildeu, pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência, caríssimos Reginaldo e Starling, que estão aqui, mais uma vez meu muitíssimo obrigado.

Em homenagem a Eduardo, porque ele sempre advoga o nosso hino, que também é uma certidão de nascimento, cantado, pela primeira vez por Pedro I, Pedro de Alcântara de Orléans e Bragança e Bourbon... Aí são 14 nomes dados a ele que mostram toda a herança dinástica. Foi cantado pela primeira vez por Pedro de Orléans, em 7 de setembro de 1822, após a proclamação da independência. É um hino que eu acho que retrata muito aonde nós podemos chegar como nação.



Então, vamos terminar esta cerimônia ao som do Hino da Independência.

(*Procede-se à execução do Hino da Independência do Brasil.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eduardo, pode ver que zombar e ironizar estão presentes também na nossa certidão de nascimento. Trechos do Hino da Independência dizem que dos inimigos “zombou deles o Brasil”. Então, só para vermos como são inspiradores vários trechos do nosso Hino da Independência.

Muitíssimo obrigado a todas e a todos.

Permita-me, Eduardo, antes de terminar, deixe-me fazer um *merchandising* também seu. Nós estamos lançando hoje *Vozes do Brasil*, mas há uma obra que Eduardo já me encaminhou de presente, que Eduardo editou agora e lançou nacionalmente, que é um dicionário sobre a independência. Eduardo lançou agora esses primeiros verbetes.

Então, antes de encerrarmos, Eduardo, faça um *merchandising* também do seu livro, os verbetes da nossa independência. Faça um rápido *merchandising* aí para nós.

O SR. EDUARDO BUENO (Para discursar.) – Senador, o combinado era de constranger a Nathalia, não constranger a mim. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque a Nathalia será posteriormente. Primeiro é o seu.

Faça a propaganda aí.

O SR. EDUARDO BUENO – Por acaso, ele está aqui do lado. Entrou o Sol, o Sol da liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Entrou o Sol.

Eduardo Bueno, *Dicionário da Independência*, já lançado.

O SR. EDUARDO BUENO – Isso. É.

Eu me orgulho deste livro, Senador, porque ele foi escrito para pegar uma faixa de idade que vai dos 12 aos 16 anos, quando você forma a sua mentalidade e quando, infelizmente, para muitos de nós, a nossa experiência no colégio, eventualmente, é trágica. Quando a gente se livra do colégio, a gente tem a impressão de que está se livrando da tabela de logaritmos, do Teorema de Pitágoras, da tabela dos elementos químicos e da história, como se a história pudesse ser descartada, como se a história fosse uma sequência tediosa de nomes solenes e datas vazias, com a qual a gente não tem nada que ver. E, quando tu terminas a escola, dizes: “Agora eu me livrei e me livrei da história”. Não! A história pulsa, a história é viva, a história nos constrói. Nós todos somos agentes históricos. E a história de chata não tem absolutamente nada. A história é de uma intensidade e de uma revelação evocativa.

Então, eu, como você bem citou e eu quero deixar claro, eu não sou historiador, eu sou um jornalista, um escritor apaixonado pela história, mas, evidentemente, me orgulho de estar, há muitos anos, ajudando a divulgar e a ampliar os horizontes da história. E tenho certeza, e isso eu afirmo e é um fato, de que eu desperto amor pela história em milhões de brasileiros.

Meu canal tem 1 milhão de seguidores, tem mais de 70 milhões de *views*, meus livros venderam mais de 1 milhão de exemplares, mas eles são apenas uma pequena parte, uma ferramenta adicional, cujo diferencial é justamente isto, tentar fazer com que, nesse período formativo, nesse período em que você tem 12, 13, 14, 15 anos de idade – neste livro específico, porque os meus outros livros não foram escritos para essa faixa. Embora, inclusive, eles tenham sido adotados em alguns colégios particulares e peguem essa faixa, são livros para jovens adultos e para adultos –, neste caso específico, o meu objetivo foi fazer com que alunos brasileiros, como eu falei anteriormente, lá no fim da minha fala, pudessem mergulhar



nesse mundo vertiginoso, repleto de ação, aventuras, sangue, sêmen, amor, desamor, conflito na construção por um país, a construção, o nascimento de uma nação, retorcendo-se nas dores do parto e tentando criar um Brasil que nós ainda não construímos.

Como a Heloisa falou brilhantemente, somos estes brasileiros, mas que brasileiros poderíamos ter sido se, por exemplo, a Confederação do Equador tivesse outro destino, se a Revolução Pernambucana tivesse outro destino, se a escravidão tivesse sido abolida junto com a independência, esse país que não fomos e esse país que poderemos ser, esse país que só vamos concretizar com história, com conhecimento, com educação, tudo que esse Governo atual é contra.

Mas estamos aqui, estamos vivos e as nossas vozes ecoam as vozes de um Brasil ancestral e de um Brasil futuro, porque nós não estamos aqui apenas refletindo sobre o passado nem construindo o presente; nós estamos evocando e projetando um futuro grandioso, como esta Nação merece ter e terá.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O tempo era necessário, essa concessão do tempo para o Eduardo, porque o *Dicionário da Independência* é uma obra também para nós entendermos – que se inclua nas celebrações desses 200 anos –, é uma obra para entendermos, principalmente os mais jovens entenderem a nossa formação, os movimentos que nos levaram à independência e muitos dos termos que deram origem aos termos que nós conhecemos até hoje.

Eduardo está pedindo a palavra? Concedo a Eduardo.

O SR. EDUARDO BUENO – Eu encaminho aos que estão presentes na Mesa, porque eu gostaria que eles tivessem acesso a esse livro. Eu lhe encaminho e, por favor, a Ester e sua assessoria encaminha a eles.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou só fazer inveja a vocês: eu já recebi o primeiro. Encaminharemos para os demais. Um irá direto para Washington, viu, Nathalia, pode ficar tranquila.

Muitíssimo obrigado a todas e todos aqui presentes.

Vamos agora levar – não é, Heloísa? – as *Vozes da Independência* por todo canto, essa nossa certidão de nascimento, como diz a bela letra do Hino da Independência, embora alguns não queiram, "do universo entre as nações, resplandecerá sempre o Brasil".

Cumprida a finalidade da sessão especial remota do Senado Federal, agradeço às personalidades que nos honraram com sua participação.

Declaro encerrada esta sessão.

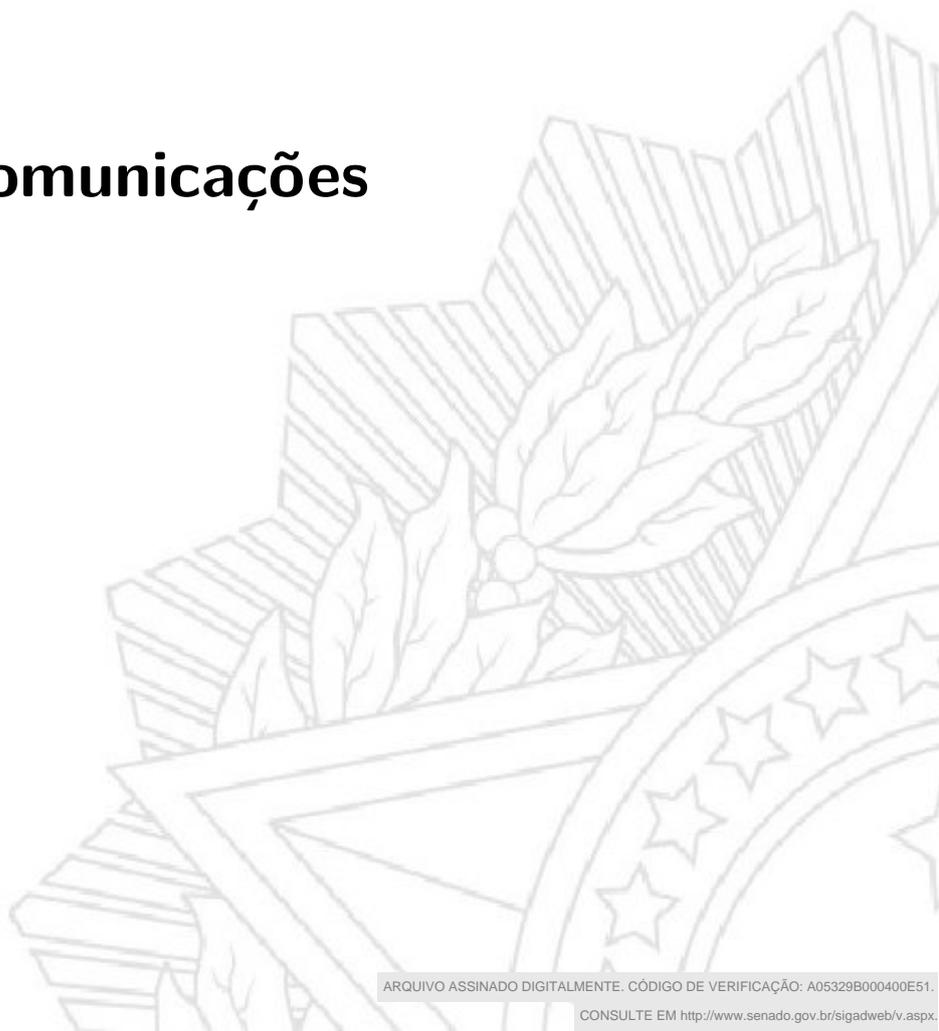
(Levanta-se a sessão às 17 horas e 38 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Podemos

Of. 054/2021-GLPODEMOS.

Brasília, em 27 de setembro de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência, solicitar a remoção do Senador **REGUFFE** (PODEMOS/DF), como titular (membro), da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.

Atenciosamente,

Senador ALVARO DIAS
Líder do PODEMOS





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do Podemos

Of. 055/2021-GLPODEMOS.

Brasília, em 27 de setembro de 2021.

À Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal
Nesta

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho a Vossa Excelência, indicar o Senador **FLÁVIO ARNS** (PODEMOS/PR) para a vaga de TITULAR livre, destinada ao Podemos, na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE.

Atenciosamente,

Senador ALVARO DIAS
Líder do PODEMOS



**SENADO FEDERAL**

Liderança do Partido Social Democrático

OFÍCIO Nº 087/2021/GLPSD

Brasília, 27 de setembro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RODRIGO PACHECO**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Substituição na CCJ.**

Senhor Presidente,

Indico para compor a **Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ**, o **Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO)**, como **titular** e o **Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)**, como **suplente**.

Atenciosamente,

Senador **NELSINHO TRAD**
Líder do Partido Social Democrático

Senado Federal - Ala Senador Teotônio Vilela, Gabinete 22 -Fones: (61) 3303-5134 - CEP:70.165-900
Brasília-DF
e-mail: lid.psd@senado.leg.br



SF/21151.65091-67



Encaminhamento de matérias



Em 15 de abril de 2020 foram aprovados os seguintes Requerimentos de tramitação conjunta, pela Comissão Diretora do Senado Federal, e em decorrência os Projetos terão o seguinte despacho:

- Requerimento nº 170, de 2019, de tramitação conjunta do PL nº 1.304/2019 com o PL nº 1.417/2019.

As matérias vão à CMA, seguindo, posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.

- Requerimento nº 276, de 2019, de tramitação conjunta do PLS nº 13/2015 com o PL nº 1.641/2019.

As matérias vão à CMA, em decisão terminativa.

- Requerimento nº 353, de 2019, de tramitação conjunta do PLS nº 361/2018 com o PLS nº 455/2018.

As matérias vão à CMA, seguindo, posteriormente, à CCJ, em decisão terminativa.



Mensagem do Presidente da República



- nº 468, de 2021, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei Complementar nº 103, de 2021 (Substitutivo da Câmara dos Deputados), sancionado e convertido na Lei Complementar nº 183, de 22 de setembro de 2021.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a mensagem:



MENSAGEM Nº 468

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei complementar que “Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei Complementar nº 183, de 22 de setembro de 2021.

Brasília, 22 de setembro de 2021.



Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 2º

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

.....” (NR)

Art. 2º O item 11 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte subitem 11.05:

“11 –

11.05 – Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e





semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 6 de setembro de 2021.

Assinatura manuscrita em azul do Senador Veneziano Vital do Rêgo.

Senador Veneziano Vital do Rêgo
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência



LEI COMPLEMENTAR Nº 183, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021.

Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para explicitar a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre o monitoramento e rastreamento de veículos e carga.

O P R E S I D E N T E D A R E P Ú B L I C A

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso II do § 2º do art. 6º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

§ 2º

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa a esta Lei Complementar, exceto na hipótese dos serviços do subitem 11.05, relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza;

.....” (NR)

Art. 2º O item 11 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, passa a vigorar acrescido do seguinte subitem 11.05:

“11 –



2

11.05 – Serviços relacionados ao monitoramento e rastreamento a distância, em qualquer via ou local, de veículos, cargas, pessoas e semoventes em circulação ou movimento, realizados por meio de telefonia móvel, transmissão de satélites, rádio ou qualquer outro meio, inclusive pelas empresas de Tecnologia da Informação Veicular, independentemente de o prestador de serviços ser proprietário ou não da infraestrutura de telecomunicações que utiliza.”

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de setembro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.



23/09/2021 16:33

SEI/PR - 2904200 - OFÍCIO

00025.001591/2021-97



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 789/2021/SG/PR/SG/PR

Brasília, 23 de setembro de 2021.

A Sua Excelência, o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Sanção Presidencial. (INFORMA)

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria, Mensagem do Senhor Presidente da República que **restitui** 02 (dois) autógrafos do texto aprovado do Projeto de Lei Complementar nº 103, de 2021, que se converteu na Lei Complementar nº 183, de 22 de setembro de 2021.

Atenciosamente,

MARIO FERNANDES

Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República, Substituto



Documento assinado com Certificado Digital por **Mario Fernandes, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República substituto**, em 23/09/2021, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 68909143938565099590530550796



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2904200** e o código CRC **3FAE4C9E** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00025.001591/2021-97

SEI nº 2904200

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3246739&i... 1/2



23/09/2021 16:33

SEI/PR - 2904200 - OFÍCIO

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3312, DE 2021

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir os consórcios públicos entre os possíveis beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para incluir os consórcios públicos entre os possíveis beneficiários dos recursos dos fundos constitucionais de financiamento.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 3º**

.....
XIV – concessão de financiamento a consórcios públicos constituídos nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.”
(NR)

“**Art. 4º**

.....
III – consórcios públicos para a realização de investimentos que contribuam para o desenvolvimento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de acordo com as prioridades estabelecidas nos planos regionais de desenvolvimento.
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) contribuíram ao longo das últimas décadas para a redução das desigualdades regionais. De fato, a participação dessas regiões no produto interno bruto foi maior em 2017 do que em 1989, ano da criação dos fundos constitucionais de financiamento. Em 1989, a participação relativa das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte na geração de riquezas dentro do País era equivalente a, respectivamente, 4,8%, 12,3% e 4,9%. Em 2017, essa participação alcançou 10,3%, 14,8% e 5,8%, na devida ordem.

No dia 13 de setembro de 2021, por minha iniciativa, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, realizou audiência pública para debater o tema “Consórcios Públicos: o papel da gestão associada de serviços públicos no desenvolvimento regional”, com a participação, dentre outros, do Sr. Wellington Dias, Governador do Estado do Piauí. No referido evento, partiu do Sr. Flávio Dino, Governador do Estado do Maranhão, a sugestão, que resultou nessa proposição, de que os consórcios públicos pudessem captar recursos dos Fundos Constitucionais.

Até 2017, o FCO, o FNE e o FNO se dedicavam, principalmente, a financiar, por meio da concessão de financiamentos com juros inferiores aos praticados no mercado, investimentos produtivos nos setores agroindustrial, agropecuário, comercial, industrial, mineral e de serviços. Apesar da importância da concessão de crédito favorecido aos empreendedores na decisão locacional dos empreendimentos, havia outros fatores de atração de investimentos que não contavam ainda com linhas de crédito dos fundos para o seu fomento, tais como a mão de obra qualificada e a infraestrutura pública.

A Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, abriu a possibilidade de que os fundos constitucionais pudessem conceder financiamentos aos estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos, no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que contribuam para o desenvolvimento do setor produtivo regional, consoante as prioridades estabelecidas nos respectivos planos regionais de desenvolvimento. O Fies é uma política pública que, por meio do crescimento de matrículas no ensino superior, possibilita a qualificação da mão de obra, aumentando a sua produtividade. Isso colabora para a atração de novos investimentos produtivos.



Falta, contudo, prever que o FCO, o FNE e o FNO financiem investimentos em infraestrutura de competência estatal, necessários para a expansão das inversões produtivas privadas, em razão da redução de custos operacionais. Não se pode esquecer também que o incentivo extra à realização de despesas em infraestrutura cria imediatamente postos de trabalho, mitigando o desemprego, agravado pela pandemia da covid-19. O presente projeto de lei tem por objetivo suprir essa lacuna legal, fazendo com os que fundos constitucionais financiem as três pernas do tripé que induz o desenvolvimento regional.

Para tanto, os consórcios públicos são incluídos como possíveis beneficiários dos recursos dos fundos nos termos das prioridades definidas nos planos de desenvolvimento regional. A razão para se incluir os consórcios públicos, em vez dos entes da Federação individualmente, como beneficiários dos recursos do FCO, do FNE e do FNO reside no fato de que a infraestrutura pública requerida para a atração de investimentos privados em muitos casos ultrapassa o espaço geográfico de um único município ou estado, o que requer a cooperação de diversos entes para a sua execução.

Ademais, a alteração da lei que rege os fundos constitucionais se justifica do ponto de vista financeiro. Para 2021, enquanto o orçamento de empréstimos do FNE é da ordem de R\$ 24,1 bilhões, o orçamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) é de cerca de R\$ 830 milhões, montante 29 vezes menor que o orçamento do primeiro. O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, permite o financiamento de investimentos estaduais e municipais em infraestrutura e serviços públicos, mas tem orçamento insuficiente para a consecução de tal finalidade.

Diante do exposto, peço apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador JAQUES WAGNER





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3327, DE 2021

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir, entre as diretrizes de elaboração e execução dos planos de segurança pública e defesa social, o planejamento e o estabelecimento de medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e a avaliação do impacto dessas medidas.

AUTORIA: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para incluir, entre as diretrizes de elaboração e execução dos planos de segurança pública e defesa social, o planejamento e o estabelecimento de medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e a avaliação do impacto dessas medidas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 24 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIII:

“**Art. 24.**

.....

XIII – planejar e estabelecer medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e avaliar o impacto dessas medidas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto de Lei pretende modificar a Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), para incluir, entre as diretrizes na elaboração e na execução dos planos de segurança pública e defesa social, o planejamento e o estabelecimento de medidas restritivas ao consumo de bebidas alcoólicas em regiões com alta incidência de homicídios e a avaliação do impacto dessas medidas.

Numerosas pesquisas científicas relacionam o consumo de bebidas alcoólicas e a violência.

Compilando trabalhos anteriores, Roizen (1997) fez um levantamento dos percentuais de criminosos que consumiram álcool antes de praticar crimes: até 86% nos casos de homicídio; 37% nos casos de roubo; 60% nos casos de crimes sexuais; até 57% dos homens nos casos de violência doméstica e 13% nos casos de abuso infantil.

Gorman, Speer, Gruenewald e Labouvie (2001) concluíram que uma maior concentração de pontos de venda de bebidas alcoólicas estava associada a uma maior taxa de crimes violentos em Camden, Nova Jérsei.

Além disso, há evidência empírica de que o consumo de álcool está também relacionado à violência doméstica e aos crimes sexuais. Babor e outros (2003) verificaram que o consumo de álcool estava presente em até 50% dos casos de estupro e atentado ao pudor. Adeodato e outros autores (2005) constataram que o uso do álcool pelo companheiro está presente em 70% dos casos de mulheres vítimas de violência doméstica. Carlini e outros (2002) apontaram que, nas 107 maiores cidades do Brasil, 52% dos casos de violência doméstica estavam ligados ao álcool.

Também há robustas evidências de que a limitação do consumo de álcool é eficaz no combate à violência. Diadema foi a cidade brasileira com o maior número de assassinatos por 100.000 habitantes em 1999. Um mapeamento da criminalidade local indicou que 65% dos homicídios ocorriam nas imediações ou no interior de bares e por motivos fúteis. Em julho de 2002, adotou-se uma política de fechamento de bares às 23 horas que, segundo estimativa, preveniu 273 assassinatos e 216 agressões contra mulheres nos primeiros 24 meses de vigência.



Embu das Artes, em São Paulo, e Brasília também implantaram horários de fechamento para estabelecimentos que comercializam bebidas alcoólicas e observaram diminuição da criminalidade.

Diante do exposto, convidamos as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores a discutir, aperfeiçoar e aprovar este Projeto de Lei.

Sala das Sessões,

Senadora MARIA DO CARMO ALVES



jh2021-10043

Página 4 de 4

Avulso do PL 3327/2021.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3328, DE 2021

Altera o Código Penal para prever como causa impeditiva de prescrição a interposição de recurso especial ou extraordinário.

AUTORIA: Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2021

Altera o Código Penal para prever como causa impeditiva de prescrição a interposição de recurso especial ou extraordinário.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 116 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigor com as seguintes alterações:

“**Art. 116.**.....

.....
III – enquanto pendente de julgamento os recursos especial ou extraordinário ou os respectivos agravos em recurso especial ou extraordinário, bem como os agravos internos e embargos de declaração e embargos de divergência deles decorrentes.

§ 1º

§ 2º A causa impeditiva prevista no inciso III do *caput* incide desde a data de interposição, pela acusação, do recurso especial ou extraordinário no tribunal de origem.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do presente projeto de lei é adicionar como causa impeditiva da prescrição penal a interposição de recurso especial ou extraordinário. Geralmente são instrumentos ajuizados com fins protelatórios, o que acaba culminando na prescrição do crime.

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter precedentes no sentido de declarar a execução imediata da pena caso entenda que um recurso extraordinário é protelatório, a quantidade de processos em tramitação torna



2

difícil controlar todas as situações. O STF também tem entendido que o reconhecimento de repercussão geral em matéria penal impede a contagem do prazo prescricional, mas são poucos os casos. O resultado que a sociedade testemunha é geralmente impunidade. Criminosos com dinheiro para custear processos e advogados se utilizam do grau de congestionamento do Poder Judiciário para tentar se livrar da punição. Conforme Relatório do Conselho Nacional de Justiça (“Justiça em Números”), a taxa de congestionamento da justiça criminal chega a 73% (percentual de processos iniciados em anos anteriores e ainda sem solução).

A questão é tão relevante que o Presidente do STF enviou ofício para o Presidente do Senado Federal (Ofício nº 408/2019-GPR) para sugerir a presente proposição legislativa.

A sociedade não espera outra coisa de seus parlamentares. Portanto, solicitamos o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação da proposta.

Sala das Sessões,

Senador **ORIOVISTO GUIMARÃES**

ti2019-14831



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 2073, DE 2021

Voto de aplauso ao Instituto Nacional Afro-Origem do Amazonas.

AUTORIA: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Instituto Nacional Afro-Origem do Amazonas, pelo permanente trabalho em favor não só da comunidade afrodescendente do Amazonas, mas também do respeito entre todos os segmentos da sociedade brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto Nacional Afro-Origem do Amazonas desempenha relevante papel na defesa da comunidade afrodescendente de nosso estado. Conduz essa luta de forma digna, dando especial relevo ao respeito mútuo entre todos os segmentos da sociedade amazônica.

Esse trabalho se estende há vinte anos, acumulando uma sequência de êxitos. O Instituto opera, com êxito, em áreas como Ciência, Educação, Trabalho, Assistência Social e Capacitação.

Durante toda a sua existência, desenvolve uma luta incessante pelo esclarecimento dos desafios da conscientização, seja em escolas, em faculdades, em instituições públicas e particulares. Apresentamos esse voto de aplauso ao Instituto Nacional Afro-Origem do Amazonas, portanto, na pessoa de seu presidente Christian Rocha da Costa, solicitando que seja encaminhada para sua sede à Rua Verão, Conjunto Ouro Verde, nº 22, Manaus, Amazonas.



Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso ao Instituto Nacional Afro-Origem do Amazonas, pelo permanente trabalho em favor não só da comunidade afrodescendente do Amazonas, mas também do respeito entre todos os segmentos da sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 27 de setembro de 2021.

Senador Plínio Valério
(PSDB - AM)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
PATRIOTA - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Aníbal* (S)
Bloco-MDB - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrielli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Eliane Nogueira** (S)
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-CIDADANIA - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 23

MDB-16 / PP-7 / REPUBLICANOS-1

Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Eliane Nogueira.	PP / PI
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Giordano.	MDB / SP
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 17

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-1

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Aníbal.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

PDT/CIDADANIA/REDE - 8

PDT-3 / CIDADANIA-3 / REDE-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	CIDADANIA / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

PATRIOTA - 1

Flávio Bolsonaro.	RJ
---------------------------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	23
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	17
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PDT/CIDADANIA/REDE.	8
PATRIOTA.	1
Vago	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Irajá** (PSD-TO)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSD-MG)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Fávaro** (PSD-MT)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Portinho** (PL-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Aníbal* (PSDB-SP)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PP-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (CIDADANIA-DF)	Romário* (PL-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (MDB-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliane Nogueira** (PP-PI)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Elmano Férrer* (PP-PI)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Arns** (PODEMOS-PR)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Flávio Bolsonaro** (PATRIOTA-RJ)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Giordano** (MDB-SP)	Nilda Gondim* (MDB-PB)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Omar Aziz* (PSD-AM)	

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO
COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 23</p> <p style="text-align: center;">Líder Mailza Gomes - PP (55)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,45)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (46)</p> <p>Vice-Líderes do PP Elmano Férrer (26,75) Luis Carlos Heinze (43)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (5)</p>	<p>Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Lasier Martins - PODEMOS (15,62)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Cunha (19,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (2,59)</p> <p>Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,67) Styvenson Valentim (68)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 7 Izalci Lucas (22,24,37,56)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (58) Rodrigo Cunha (19,27,32,69)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSL - 1 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)</p>	<p style="text-align: center;">PSD - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Nelsinho Trad - PSD (48)</p> <p>Vice-Líderes Omar Aziz (54) Carlos Fávaro (53)</p>
<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PL (9)</p> <p>Vice-Líderes Jorginho Mello (3,11,40,76) Zequinha Marinho (10,18)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39)</p> <p>Vice-Líder do PL Jorginho Mello (3,11,40,76)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Zenaide Maia - PROS (44)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,50)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (44)</p>	<p style="text-align: center;">CIDADANIA - 3</p> <p style="text-align: center;">Líder Alessandro Vieira - CIDADANIA (41)</p> <hr/> <p style="text-align: center;">PDT - 3</p> <p style="text-align: center;">Líder Cid Gomes - PDT (61)</p> <hr/> <p style="text-align: center;">REDE - 2</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>
<p style="text-align: center;">PATRIOTA - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Flávio Bolsonaro - PATRIOTA (74)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - MDB (52)</p> <p>Vice-Líder Kátia Abreu (73)</p>	<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Jean Paul Prates - PT (47)</p>
<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (21)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (25,30) Elmano Férrer (26,75) Carlos Viana (38) Jorginho Mello (3,11,40,76)</p>	<p style="text-align: center;">Oposição</p> <p style="text-align: center;">Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)</p>	<p style="text-align: center;">Bancada Feminina</p> <p style="text-align: center;">Líder Simone Tebet - MDB (72)</p>

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
4. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
7. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
9. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLSPD).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
22. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
24. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
25. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
26. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020-GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n)
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n)
41. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA)
42. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
43. Em 02.02.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
45. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
46. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN)
48. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
49. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
50. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT)
51. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
52. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB)
53. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB)
58. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB)
59. Em 09.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
60. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
61. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPT).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB)
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisito Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3ª vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)
74. Em 07.06.2021, o Senador Flávio Bolsonaro é designado Líder do Patriota (Of. 18/2021-GSFB).
75. Em 09.08.2021, o Senador Elmano Férrer foi designado 1º vice-líder do Progressistas (Of. nº 37/2021-GLDPP)
76. Em 12.08.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado 4º vice-líder do Governo (Of. nº 14/2021-GLDGOV)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.
RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

Prazo final prorrogado: 10/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,19)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,16,19)	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	1. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽³⁾	1. Senador Nelsinho Trad ⁽³⁾
(11)	2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(11,12)

Notas:

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).



10. Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).
11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva

Telefone(s): 61 3303 3508



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA AVERIGUAR AS CAUSAS E EFEITOS DA CRISE HIDROENERGÉTICA.

Finalidade: Averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que assola o País, acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), criada pela Medida Provisória nº 1.055, de 28 de junho de 2021, e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

RQS 1.749, de 2021

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(10,11,12)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,11,12)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹²⁾
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁹⁾
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2.
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,4)	1. Senador Carlos Fávaro ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ^(2,4)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽⁵⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽³⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾	1.

Notas:

- Em 16.09.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, os Senadores Carlos Viana e Angelo Coronel foram designados membros titulares e os Senadores Carlos Fávaro e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 78/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado membro titular e o Senador Jaques Wagner, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 32/2021-BLPRD)
- Em 16.09.2021, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a substituir o Senador Nelsinho Trad, como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 81/2021-GLPSD)
- Em 16.09.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 38/2021-BLVANG)
- Em 16.09.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLDEM)
- Em 16.09.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLPDT)
- Em 16.09.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 61/2021-GLPSDB)
- Em 17.09.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLPPP)
- Em 21.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 73/2021-GLMDB)
- Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Braga e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, e o Senador Giordano deixa de compor a comissão como membro suplente (Of. 75/2021-GLMDB)
- Em 22.09.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Fernando Bezerra Coelho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 76/2021-GLMDB)



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial. Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------



5) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽²⁾	2. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(2,7,8,9)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO ^(5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso ⁽³⁾	1. Senador Irajá ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) ⁽¹⁾	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁾	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
7. Em 09.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 23/2021-GLDPP).
8. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
9. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁴⁾	1.
(7,10)	2. (7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) ^(1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(3,11)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁶⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽⁶⁾	

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.

1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/12/2019, p. 93](#))
5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).
6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).
9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS). ([DSF de 28/04/2021, p. 256](#))
11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2)CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
	1.
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
	1.
PODEMOS	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
	1.
PSD	
	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



4)CPI DA PANDEMIA

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/04/2021

Instalação: 27/04/2021

Prazo final: 07/08/2021

Prazo final prorrogado: 05/11/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(2,13,14,15,16,19)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(2,13,14,15,16,19)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽³⁾	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(4,17,18,20,21,22,23)	
PSD	
Senador Omar Aziz (AM) ⁽⁵⁾	1. Senador Angelo Coronel (BA) ⁽⁵⁾
Senador Otto Alencar (BA) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,12)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁹⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 14.07.2021, o prazo da CPI fica prorrogado por mais 90 dias (Requerimento nº 1.793, de 2021)

1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).

2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).

3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).

4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021 -GLPSDB).



5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).
6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).
13. Em 04.06.2021, o Senador Luis Carlos Hein foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLDPP).
14. Em 14.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLDPP).
15. Em 28.06.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLDPP).
16. Em 05.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLDPP).
17. Em 08.07.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLPSDB).
18. Em 13.07.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, em substituição ao Senador Izalci Lucas, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 50/2021-GLPSDB).
19. Em 27.07.2021, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição aos Senadores Ciro Nogueira e Luis Carlos Heinze, respectivamente (Of. nº 34/2021-GLDPP).
20. Em 26.08.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 56/2021 -GLPSDB).
21. Em 26.08.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Izalci Lucas, para compor a comissão (Of. 57/2021 -GLPSDB).
22. Em 02.09.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, para compor a comissão (Of. 59/2021 -GLPSDB).
23. Em 03.09.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, em substituição ao Senador Izalci Lucas, para compor a comissão (Of. 60/2021 -GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno

Telefone(s): 3303-3490



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,54,57,72)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(8,18,54,57,72)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,54,57,72)	2. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,18,54,57,72)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,54,57,72)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,42,44,54,65,72)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(8,54,57,72)	4. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,72)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,54,57,72)	5. VAGO ^(9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(4,57,59,72)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(11,17,59,72)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(5,38,39,46,48,67,68)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(12,51,69,70)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,31,36,51)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(12,51,53)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(12,51)	3. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,50,53,71)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(16,51)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(14,32,34,63,64)	6. VAGO ⁽¹⁶⁾
PSD	
Senador Otto Alencar ^(2,49)	1. Senador Angelo Coronel ^(2,24,49)
Senador Omar Aziz ^(2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia ^(2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,49)	3. Senador Carlos Viana ^(2,25,49)
Senador Irajá ⁽⁶¹⁾	4. Senador Nelsinho Trad ⁽⁶¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO ^(3,47)	1. VAGO ^(15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,52)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁶⁶⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁶⁾	1. VAGO ^(56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(37,56)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(56,58)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(56,58)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(19,21,56)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE). ([DSF de 14/02/2019, p. 76](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 90](#))



3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 97](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimaraes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 175](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 117](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 118](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 143](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 96](#))
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 50](#))
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 64](#))
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI). ([DSF de 03/04/2019, p. 119](#))
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI). ([DSF de 28/05/2019, p. 60](#))
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 101](#))
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 109](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 111](#))
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 120](#))
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE). ([DSF de 04/09/2019, p. 124](#))
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG). ([DSF de 04/09/2019, p. 117](#))
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG). ([DSF de 10/09/2019, p. 62](#))
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE). ([DSF de 02/10/2019, p. 186](#))
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olimpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL). ([DSF de 07/02/2020, p. 46](#))
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 126](#))
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB). ([DSF de 15/10/2020, p. 7](#))
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB). ([DSF de 17/10/2020, p. 7](#))
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 6](#))
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 7](#))
46. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antonio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).
66. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
67. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
68. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
69. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.
70. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLPSDB).
71. Em 23.08.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPODEMOS).
72. Em 01.09.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Flávio Bolsonaro, foram designados membros titulares, e os Senadores Márcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 71/2021-GLMDB).



Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano
Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13
Telefone(s): 6133034344
E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

- Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
- Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
- Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,33)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(51,53,54)	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(5,35)	3. VAGO ^(5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ^(14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(19,39)
Senador Giordano (MDB-SP) ⁽⁴⁹⁾	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão ^(1,34)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,34)
Senador Lucas Barreto ^(1,34)	2. Senador Irajá ^(1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel ^(12,34)	3. Senador Otto Alencar ^(16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽²⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ^(15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,40)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴³⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(43,44)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴³⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(21,26,27,43)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 79](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 139](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrielli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 142](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 176](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 123](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 122](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 95](#))
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS). ([DSF de 15/02/2019, p. 76](#))
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD). ([DSF de 28/02/2019, p. 108](#))
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 29](#))
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 183](#))
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB). ([DSF de 10/10/2019, p. 92](#))
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 127](#))
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 233](#))
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB). ([DSF de 22/10/2020, p. 52](#))
31. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Roldolfo Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).



47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
51. Em 17.06.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLDPP).
52. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
53. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
54. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

- Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
- Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

- Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
- Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(8,89)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,47,58,89,115,116)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(8,81,89,112)	5. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(8,19,71,73,89,112)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(94,108,109)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(6,84)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) ^(6,29,35,39,51,52,84,87,110,111)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ^(7,28,30,36,105)	3. Senador Giordano (MDB-SP) ^(6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,72,74,90,96)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96,106)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,42,78)	6. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(14,43,78,99,102,105,106)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(2,54,83)	1. Senador Nelsinho Trad ^(2,83,113)
Senador Lucas Barreto ^(2,83)	2. Senador Carlos Viana ^(2,63,83)
Senador Omar Aziz ^(2,70,75,77,83)	3. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,54,77,83,97,100,114)
Senador Carlos Fávaro ^(97,114)	4. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁰³⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(5,16,41,85)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁰⁷⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(65,88,95,98,104)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) ^(50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(22,23,48,49,88)	3. VAGO ^(21,24,88,104)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 75](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 80](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))



5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 96](#))
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 144](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI). ([DSF de 14/02/2019, p. 174](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB). ([DSF de 13/02/2019, p. 116](#))
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 13/02/2019, p. 169](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 109](#))
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD). ([DSF de 15/03/2019, p. 117](#))
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 18/04/2019, p. 55](#))
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 133](#))
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/05/2019, p. 52](#))
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI). ([DSF de 10/05/2019, p. 72](#))
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 102](#))
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI). ([DSF de 22/05/2019, p. 111](#))
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB). ([DSF de 23/05/2019, p. 118](#))
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 07/06/2019, p. 118](#))
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 08/06/2019, p. 89](#))
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 11/06/2019, p. 35](#))
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB). ([DSF de 13/06/2019, p. 108](#))
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 14/06/2019, p. 54](#))
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB). ([DSF de 19/06/2019, p. 107](#))
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 102](#))
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD). ([DSF de 14/08/2019, p. 85](#))
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG). ([DSF de 15/08/2019, p. 83](#))
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB). ([DSF de 15/08/2019, p. 85](#))
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE). ([DSF de 16/08/2019, p. 86](#))
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 68](#))
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 32](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/08/2019, p. 35](#))
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD). ([DSF de 12/09/2019, p. 169](#))
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL). ([DSF de 26/09/2019, p. 62](#))
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 114](#))
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB). ([DSF de 19/02/2020, p. 77](#))
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 52](#))
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 80](#))
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/03/2020, p. 51](#))
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB). ([DSF de 23/04/2020, p. 122](#))
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 106](#))
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 107](#))
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 30/04/2020, p. 108](#))
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD). ([DSF de 08/08/2020, p. 6](#))
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 234](#))
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 6](#))
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD). ([DSF de 08/10/2020, p. 63](#))
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 7](#))
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Oriovisto Guimarães permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 21/10/2020, p. 213](#))
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 9](#))
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permutaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Oriovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/11/2020, p. 6](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 7](#))
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).
104. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
105. Em 05.07.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Marcos do Val permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Jorge Kajuru passa a ser titular e o Senador Marcos do Val suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPODEMOS).
106. Em 05.07.2021, os Senadores Marcos do Val e Eduardo Girão permutaram as vagas de titular e suplente, o Senador Marcos do Val passa a ser titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLPODEMOS).
107. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
108. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
109. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)
110. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.



111. Em 16.08.2021, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, em substituição ao Senador José Serra, para compor a comissão (Of. nº 53/2021-GLPSDB).
112. Em 19.08.2021, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 70/2021-GLMDB).
113. Em 24.08.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 68/2021-GLPSD).
114. Em 13.09.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, que passa a membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 79/2021-GLPSD).
115. Em 15.09.2021, o Senador Dario Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz do Carmo, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil (Of. nº 72/2021-GLMDB).
116. Em 22.09.2021, o Senador Luiz do Carmo foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dario Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 74/2021-GLMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(7,44)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,44)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(8,44)	4. VAGO ⁽¹⁴⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(8,44,46)	5. VAGO ^(21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁹⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁸⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁴⁸⁾
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(11,42)	5. VAGO ^(12,37,41)
VAGO ^(55,57)	6. VAGO ^(19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia ^(1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad ^(1,40)
Senador Carlos Viana ^(1,20,40)	2. Senador Otto Alencar ^(1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso ^(1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão ^(1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,43)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽⁴⁷⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(25,47,56)
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁷⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁴⁷⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 84](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 94](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 146](#))



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIJ). ([DSF de 14/02/2019, p. 177](#))
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Cúncio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 119](#))
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 134](#))
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 82](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 97](#))
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 20/02/2019, p. 104](#))
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 51](#))
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 150](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 55](#))
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 106](#))
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG). ([DSF de 08/08/2019, p. 143](#))
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB). ([DSF de 30/08/2019, p. 111](#))
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD). ([DSF de 12/09/2019, p. 170](#))
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB). ([DSF de 03/10/2019, p. 93](#))
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD). ([DSF de 17/10/2019, p. 110](#))
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).)
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 112](#))
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 82](#))
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLSENIND). ([DSF de 04/09/2020, p. 235](#))
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD). ([DSF de 06/11/2020, p. 8](#))
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).



43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).
44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).
56. Em 17.05.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 27/2021-GSEGAMA).
57. Vago, em razão de o Senador Jorge Kajuru não compor mais a Comissão (Of. 45/2021-GLPODEMOS).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
- Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).
- Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
- Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Finalidade: Avaliar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾

Instalação: 13/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO)	1.
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR)	2.
Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)	3.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN)	5.

Notas:

1. Em 13.09.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Flávio Arns e Zenaide Maia, Presidente e Vice-Presidente (Of. nº 001/2021-CECTCOVID).

*. Em 17.08.2021, os Senadores Confúcio Moura, Flávio Arns, Antonio Anastasia, Wellington Fagundes e Zenaide Maia foram designados membros titulares para compor a subcomissão (Of. 9/2021-CE).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(16,17,37,43,46)
VAGO ^(10,23,27,29,35,42)	3. VAGO ^(17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(17,51,52)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁵³⁾	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁵⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,40)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(19,39)	4. Senador Giordano (MDB-SP) ^(19,22,31,49)
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(2,21,24,25,38)	1. Senador Vanderlan Cardoso ^(2,21,38,54)
Senador Otto Alencar ^(2,38)	2. Senador Carlos Viana ^(2,18,26,38)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(12,32,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,41)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁰⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 129](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 147](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 107](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 137](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 157](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 85](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP). ([DSF de 15/02/2019, p. 81](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 77](#))
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE). ([DSF de 27/02/2019, p. 62](#))
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 107](#))
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB). ([DSF de 27/03/2019, p. 149](#))
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD). ([DSF de 27/03/2019, p. 147](#))
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO). ([DSF de 09/04/2019, p. 48](#))
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI). ([DSF de 20/08/2019, p. 69](#))
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD). ([DSF de 22/08/2019, p. 110](#))
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 124](#))
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 7](#))
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB). ([DSF de 16/10/2020, p. 8](#))
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 17/10/2020, p. 8](#))
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 10](#))
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 22/10/2020, p. 53](#))
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 8](#))
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB). ([DSF de 23/10/2020, p. 10](#))
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olimpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Marcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

51. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).

52. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

53. Em 12.08.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLDPP).

54. Em 30.08.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 74/2021-GLPSD).

55. Em 20.09.2021, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLDPP).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO AO PANTANAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 24/2021-CMA, destinada a estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 24, de 2021)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾

Instalação: 22/09/2021

TITULARES	SUPLENTES
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Fávaro (PSD-MT) ⁽¹⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾	3. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

- Em 01.09.2021, foram designados os Senadores Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze e Izalci Lucas como membros titulares, e os Senadores Carlos Fávaro, Jean Paul Prates, Leila Barros e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a Comissão (Of. 113/2021-CMA)
- Em 22.09.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wellington Fagundes e Izalci Lucas a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 1/2021-CMABIOPANT).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(9,13,49)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(24,32)	5. VAGO ^(29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38,47)
Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) ^(11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá ^(1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Fávaro ^(1,2,45,60)
VAGO ⁽¹⁾	2. VAGO ^(1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²³⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(21,39,53,59)	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽⁵⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(5,48)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁵⁸⁾	
VAGO ^(3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF) ^(3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,51,52)	2. VAGO ⁽¹⁹⁾

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 82](#))
 - Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecção foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 91](#))
 - Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 158](#))
 - Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
 - Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 106](#))
 - Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 181](#))
 - Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLIID).
 - Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
 - Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 135](#))
 - Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 171](#))
 - Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB). ([DSF de 28/02/2019, p. 109](#))
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2ª suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB). ([DSF de 29/03/2019, p. 89](#))
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB). ([DSF de 04/04/2019, p. 105](#))
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB). ([DSF de 09/04/2019, p. 49](#))
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD). ([DSF de 11/04/2019, p. 128](#))
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 132](#))
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI). ([DSF de 08/05/2019, p. 112](#))
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 57](#))
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG). ([DSF de 14/08/2019, p. 84](#))
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP). ([DSF de 14/08/2019, p. 86](#))
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG). ([DSF de 20/08/2019, p. 67](#))
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB). ([DSF de 24/09/2019, p. 61](#))
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB). ([DSF de 26/09/2019, p. 63](#))
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLIDPSL). ([DSF de 02/10/2019, p. 182](#))
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB). ([DSF de 16/10/2019, p. 137](#))
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI). ([DSF de 08/11/2019, p. 61](#))
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB). ([DSF de 13/03/2020, p. 69](#))
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 128](#))
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 7](#))
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).



49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 04.08.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 34/2021-BLVANG).
60. Em 11.08.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Viana, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 64/2021-GLPSD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
VAGO ^(1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

- Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
- Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Segundas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (59,60)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrielli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43)	4. Senador Giordano (MDB-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,42)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
Senador Carlos Viana (46)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (58)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

Notas:

* A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 87](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 14](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrielli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 148](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 124](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 125](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 166](#))
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 72](#))
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 116](#))
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD). ([DSF de 14/03/2019, p. 103](#))
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 105](#))
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP). ([DSF de 08/08/2019, p. 142](#))
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI). ([DSF de 21/08/2019, p. 33](#))
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE). ([DSF de 22/08/2019, p. 107](#))
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB). ([DSF de 23/11/2019, p. 96](#))
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE). ([DSF de 29/11/2019, p. 78](#))
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 113](#))
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD). ([DSF de 21/02/2020, p. 53](#))
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 81](#))
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB). ([DSF de 18/09/2020, p. 172](#))
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olimpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(Of. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).



49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
58. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
59. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
60. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

- Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
- Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
- Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

- Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
 - Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
 - Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) (1,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) (1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (8)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) (11,47)	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) (16)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (46)	7. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) (46)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (MDB-SP) (5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,36)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,24,36,45)
(18,20)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (35)
VAGO (18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro (2,34,44,48)
Senador Carlos Viana (2,34)	2. Senador Otto Alencar (2,34)
Senador Lucas Barreto (2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso (2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (40)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (51)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,37)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (50)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (41)
Senador Weverton (PDT-MA) (41)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (26,41)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI). ([DSF de 14/02/2019, p. 189](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 88](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 100](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 145](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 121](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 120](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))



9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 74](#))
10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL). ([DSF de 15/02/2019, p. 73](#))
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP). ([DSF de 20/02/2019, p. 95](#))
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB). ([DSF de 25/04/2019, p. 131](#))
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB). ([DSF de 16/05/2019, p. 116](#))
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 97](#))
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB). ([DSF de 04/06/2019, p. 140](#))
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP). ([DSF de 05/07/2019, p. 58](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLIID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE). ([DSF de 06/02/2020, p. 106](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSEININD). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB). ([DSF de 06/02/2020, p. 115](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 123](#))
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSEININD).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB). ([DSF de 20/10/2020, p. 11](#))
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Oriovisto Guimarães permutaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSEININD).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).
48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).
50. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
51. Em 10.08.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 36/2021-BLVANG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) ^(10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(5,13,23,41)	3. VAGO ^(14,27,28,30)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) ^(43,44)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ⁽³⁹⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ^(18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,21,25,32)	1. Senador Irajá ^(2,32)
Senador Carlos Fávaro ^(2,32)	2. Senador Nelsinho Trad ^(2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(6,34)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴²⁾	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR). ([DSF de 14/02/2019, p. 187](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 83](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randalfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 161](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 104](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 151](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 114](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 128](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 127](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 98](#))
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB). ([DSF de 22/02/2019, p. 52](#))
14. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 135](#))
15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI). ([DSF de 13/06/2019, p. 103](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB). ([DSF de 19/10/2019, p. 45](#))
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 131/2019-GLBSI). ([DSF de 23/10/2019, p. 131](#))
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 06/02/2020, p. 107](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB). ([DSF de 05/03/2020, p. 86](#))
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 109](#))
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP). ([DSF de 29/09/2020, p. 6](#))
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).
42. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
43. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
44. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLDPP)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ^(8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ^(11,44,46)
VAGO ^(8,32,44)	3. VAGO ^(13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽⁴⁵⁾	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽⁴⁴⁾
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ^(7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) ^(16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽³⁵⁾
PSD	
Senador Carlos Fávaro ^(1,23,26,33)	1. Senador Irajá ^(1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão ^(1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad ^(1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(4,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ^(2,29,39)
VAGO ⁽²⁾	2. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 86](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI). ([DSF de 14/02/2019, p. 162](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 108](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 149](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL). ([DSF de 14/02/2019, p. 77](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID). ([DSF de 14/02/2019, p. 180](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 131](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 130](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 169](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 170](#))
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA). ([DSF de 15/02/2019, p. 78](#))



13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP). ([DSF de 16/02/2019, p. 61](#))
14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO). ([DSF de 19/02/2019, p. 117](#))
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB). ([DSF de 20/02/2019, p. 99](#))
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA). ([DSF de 21/02/2019, p. 97](#))
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB). ([DSF de 13/03/2019, p. 106](#))
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD). ([DSF de 22/05/2019, p. 109](#))
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB). ([DSF de 24/05/2019, p. 98](#))
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD). ([DSF de 29/05/2019, p. 119](#))
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG). ([DSF de 30/05/2019, p. 110](#))
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE). ([DSF de 05/02/2020, p. 91](#))
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD). ([DSF de 06/02/2020, p. 108](#))
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 12/02/2020, p. 93](#))
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD). ([DSF de 23/04/2020, p. 125](#))
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD). ([DSF de 30/04/2020, p. 111](#))
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS). ([DSF de 01/10/2020, p. 7](#))
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ^(9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ^(9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(9,40,42)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PATRIOTA-RJ) ^(9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(6,27)	3. VAGO ⁽⁹⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽⁴²⁾	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(8,38) ^(18,26)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(8,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(17,37)	3. VAGO ^(19,33,38)
	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ^(17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(2,30,31,32,36)	1. Senador Nelsinho Trad ^(2,3,36)
Senador Vanderlan Cardoso ^(2,3,36)	2. Senador Carlos Viana ^(2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽³⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ^(7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(7,39)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽⁴⁷⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(11,41,46,48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(21,41)	2. VAGO ^(41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT). ([DSF de 14/02/2019, p. 188](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 81](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 92](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 168](#))
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 167](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 102](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 150](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 126](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI). ([DSF de 20/02/2019, p. 103](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf



12. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI). ([DSF de 21/02/2019, p. 99](#))
13. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT). ([DSF de 27/02/2019, p. 63](#))
14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD). ([DSF de 10/04/2019, p. 118](#))
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB). ([DSF de 10/04/2019, p. 120](#))
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD). ([DSF de 07/08/2019, p. 104](#))
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI). ([DSF de 28/08/2019, p. 114](#))
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG). ([DSF de 24/09/2019, p. 60](#))
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP). ([DSF de 05/03/2020, p. 88](#))
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT). ([DSF de 05/03/2020, p. 84](#))
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD). ([DSF de 13/03/2020, p. 67](#))
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020. ([DSF de 16/04/2020, p. 546](#))
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 6](#))
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olimpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).
47. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
48. Em 19.08.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo PDT, para compor a comissão (Of. nº 48/2021-GLPDT).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,20)VICE-PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,20)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁸⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁸⁾
VAGO ^(11,12,19)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
	3.
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,16)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,13,14,16)
	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,17)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,17)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽²²⁾	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²¹⁾	1.

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

- Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 93](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019). ([DSF de 14/02/2019, p. 138](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 101](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 136](#))
- Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019). ([DSF de 20/02/2019, p. 105](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF). ([DSF de 27/02/2019, p. 60](#))
- Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB). ([DSF de 27/02/2019, p. 59](#))
- Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB). ([DSF de 07/06/2019, p. 119](#))
- Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB). ([DSF de 22/06/2019, p. 28](#))
- Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019) ([DSF de 03/07/2019, p. 33](#))
- Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 12/09/2019, p. 168](#))
- Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD). ([DSF de 11/11/2020, p. 8](#))
- Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
- Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



19. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS)
20. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).
21. Em 31.05.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão, pelo Bloco Senado Independente (Of. 28/2021-GSEGAMA).
22. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senadora Eliane Nogueira (PP-PI) (8,42,43)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16,44)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) (41)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD). ([DSF de 14/02/2019, p. 89](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD). ([DSF de 14/02/2019, p. 99](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 152](#))
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB). ([DSF de 14/02/2019, p. 133](#))
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019). ([DSF de 15/02/2019, p. 80](#))
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP). ([DSF de 21/02/2019, p. 94](#))
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeram o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC). ([DSF de 28/02/2019, p. 111](#))
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI). ([DSF de 13/03/2019, p. 102](#))
- Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB). ([DSF de 21/03/2019, p. 96](#))

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB). ([DSF de 03/04/2019, p. 120](#))
13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB). ([DSF de 21/05/2019, p. 81](#))
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG). ([DSF de 05/07/2019, p. 56](#))
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessação do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG). ([DSF de 10/07/2019, p. 131](#))
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB). ([DSF de 11/07/2019, p. 130](#))
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD). ([DSF de 04/09/2019, p. 118](#))
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 25/09/2019, p. 28](#))
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS). ([DSF de 30/10/2019, p. 112](#))
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND). ([DSF de 06/02/2020, p. 111](#))
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD). ([DSF de 05/03/2020, p. 83](#))
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olimpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).
41. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.
42. Em 28.07.2021, o Senador Ciro Nogueira foi nomeado Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (DOU 28/07/2021, Seção 2, p. 1).
43. Em 09.08.2021, a Senadora Eliane Nogueira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPPP)
44. Em 10.08.2021, o Senador José Serra licenciou-se, nos termos do artigo 43, I, do RISF, até 10.12.2021.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

- Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
- Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
- Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
- Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
- Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE) ⁽¹⁵⁾	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.

Notas:

- Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).
- Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).
- Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).
- Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).
- Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).
- Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).
- Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).
- Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).
- Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).
- Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).
15. Em 16.07.2021, o Bloco Parlamentar Senado Independente deixou de alcançar o número mínimo necessário para a constituição de Bloco Parlamentar. Desta forma, a Liderança do referido Bloco foi extinta juntamente com o gabinete administrativo respectivo.

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
VAGO	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
VAGO	2.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PDT/CIDADANIA/REDE (PDT, CIDADANIA, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

- Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
- Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
- Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
- Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
- Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODRI, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio à Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS
(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Leila Barros (CIDADANIA-DF)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Ato do Presidente do Senado Federal, nº 11, de 2021, designa a Senadora LEILA BARROS, como Procuradora Especial da Mulher, para o período de 2021 a 2023.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



8) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

